



**15 DE SETEMBRO DE 2015**

**Terça-feira**

- FORD DE SÃO BERNARDO ENTRA NO 5º DIA DE GREVE
- BRAFER DOBRARÁ PRODUÇÃO COM NOVA FÁBRICA EM ARAUCÁRIA
- PARA PRESIDENTE DA FIESP, 'GOVERNO NÃO CORTOU NA CARNE, APENAS POSTERGOU PROBLEMA'
- FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS EM AGOSTO CAI 15,6% ANTE AGOSTO DE 2014, DIZ CETIP
- GOVERNO ANUNCIA MEDIDAS FISCAIS DE R\$64,9 BI PARA 2016, COM VOLTA DA CPMF
- EXCLUSIVO-FERREIRA PEDIU LICENÇA DA PETROBRAS PARA FOCAR NA VALE, DIZ FONTE DA ESTATAL
- AUMENTO DE CSLL SOBRE BANCOS PODE DESACELERAR CRÉDITO E AUMENTAR CALOTES, DIZ FITCH
- METAIS CAEM COM PREOCUPAÇÃO SOBRE A CHINA
- JUROS MÉDIOS DO CARTÃO DE CRÉDITO SOBEM PARA 350% AO ANO, DIZ ANEFAC
- INDÚSTRIA 'MURCHOU' POR CAUSA DO CÂMBIO, DIZ DELFIM NETTO
- GOVERNO IGNORA RECLAMAÇÕES DA BASE E VAI ENVIAR À ASSEMBLEIA ELEVÇÃO DO ITCMD
- TOKYO STEEL FAZ 1º CORTE DE PREÇOS DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS EM 11 MESES
- GM TEM ESCALA SUFICIENTE PARA SEGUIR SOZINHA, DIZ PRESIDENTE
- "INDÚSTRIA TERÁ DE CONVIVER COM MAIS IMPOSTOS"
- ANFAVEA INSISTE NA RENOVAÇÃO DE FROTA DE CAMINHÕES

- PROGRAMAS DE P&D EXIGEM EQUIPES DEDICADAS
- VOLTA A 3,5 MILHÕES DE CARROS/ANO SÓ EM 2025
- SINDIPEÇAS PROPÕE REVISÃO DO PPE AO GOVERNO
- BLOCO K DEVE EVITAR SONEGAÇÃO COM DETALHAMENTO
- NOVO INOVAR-AUTO ADEQUADO GERARIA GANHOS DE US\$ 32 BILHÕES
- DAILY MINIBUS ELÉTRICO CHEGA AO BRASIL PARA PERÍODO DE TESTES
- INTERMACH 2015 DEVE GERAR R\$ 180 MILHÕES EM NEGÓCIOS
- SAIBA ONDE VOCÊ PAGARÁ A CPMF
- PREÇO DO ALUGUEL TEM QUEDA RECORDE NO PAÍS EM AGOSTO
- FIRJAN DIZ NINGUÉM ESTÁ EM CONDIÇÕES DE PAGAR MAIS IMPOSTOS
- REDUÇÃO DE CUSTOS E AUMENTO DA PERFORMANCE SÃO APOSTAS DA THYSSENKRUPP PARA MINERAÇÃO
- MINERAÇÃO SEGUE COMO PROTAGONISTA DA ECONOMIA
- EDITORIAL: EXEMPLO A SER IMITADO
- MERCEDES REITERA CRISE NO PAÍS
- OS DESAFIOS PARA SAIR DA CRISE
- CARROS AUTÔNOMOS ESTIMULAM CONTRATAÇÕES EM MONTADORAS
- A CRISE DA INDÚSTRIA É MAIS GRAVE EM SÃO PAULO
- VENDAS DA IVECO BUS AUMENTAM 135%
- OTIMISMO MARCA ABERTURA DE CONGRESSO DE MINERAÇÃO
- MESMO COM RECORDE DE EXPORTAÇÕES, SIDERÚRGICAS DEVEM MANTER PREJUÍZOS

<b>CÂMBIO EM 15/09/2015</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,862	3,862
<b>Euro</b>	4,348	4,349

Fonte: BACEN

## **Ford de São Bernardo entra no 5º dia de greve**

15/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Os trabalhadores na Ford permanecem em greve desde a quinta-feira, 10, em protesto contra cerca de 200 demissões anunciadas pela empresa no dia anterior. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a representação dos trabalhadores e a montadora retomariam as negociações na tarde desta segunda, 14.

Pela manhã, ficou definido que apenas os trabalhadores na manutenção e ferramentaria não entrariam na fábrica no dia 14. Seria uma estratégia utilizada em 1990, com paralisações em “pontos vitais” da montadora, segundo o sindicato.

Os trabalhadores também foram convocados para uma manifestação na terça na Avenida Paulista. A unidade da Ford em São Bernardo do Campo emprega cerca de 4,3 mil pessoas. Produz caminhões e também a versão hatch do Fiesta. A fábrica de Camaçari, onde são feitos EcoSport, Ka e Ka+ (hatch e sedã), entrou em férias coletivas no dia 14 e permanece em recesso até 2 de outubro.

## **Brafer dobrará produção com nova fábrica em Araucária**

15/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Prestes a completar 40 anos de atividades, a Brafer, indústria paranaense de estruturas metálicas, se prepara para ampliar produção e ganhar mercado, especialmente com a galvanização de aço.

A nova unidade começa a ser construída em outubro deste ano em Araucária e vai dobrar a operação do processo de galvanização, tecnologia que praticamente anula a necessidade de manutenção das peças.

Serão R\$ 40 milhões em investimento, a metade por financiamento pelo BNDES, na consolidação do plano de expansão que vinha sendo adiado há cinco anos. “Temos poucas fábricas desse segmento no país e vemos boas perspectivas para atender ao mercado e à nossa própria produção”, explica o vice-presidente Luiz Carlos Caggiano.

O processo de galvanização dá ao metal uma vida útil de mais de 50 anos, contra os cinco a dez anos da peça que recebe pintura. O fim da manutenção acaba compensando o custo 5% maior do que o acabamento em pintura.

Esse é o principal argumento de venda da empresa para convencer a clientela a migrar para a modalidade galvanizada na construção de barracões industriais, por exemplo.

O processo químico envolve banhos de ácido clorídrico e zinco, o que exige cuidados maiores com o tratamento de resíduos para preservação do meio ambiente. Na nova unidade, fornos, equipamentos e renovação da tecnologia deverão consumir até 40% do investimento.

### **R\$ 70 milhões**

Foi o total do investimento da Brafer na unidade de Juiz de Fora que será inaugurada neste ano. Com 25 mil metros quadrados, a planta vai beneficiar matéria-prima das usinas da região para abastecer o mercado e as unidades fabris da Brafer.

A estratégia da Brafer é estar pronta para a produção de 4 mil toneladas de metal galvanizado por mês com a nova unidade – o dobro do que é produzido hoje – e poder atender ao mercado na recuperação econômica do país.

“Sabemos que hoje o número de clientes é menor. Mas a crise vai passar e estamos apostando nessa oportunidade”, diz. Depois de pronta, a planta de galvanização da Brafer vai passar de 75 para 120 funcionários. Ao dobrar a operação de galvanização, a nova unidade vai impactar em 10% de crescimento do faturamento do grupo.

### **Fábrica em Minas**

Ainda em 2015, a empresa inaugura uma nova unidade de serviço em Juiz de Fora, Minas Gerais, para a compra e beneficiamento de chapas e barras de aço. A produção de componentes metálicos mineira deve começar ainda este ano e vai abastecer unidades da Brafer no Paraná e no Rio de Janeiro, além de atender ao mercado.

Quando estiver em plena capacidade, a unidade vai produzir 2 mil toneladas de aço e aumentar em 25% o faturamento do grupo.

Apesar do ritmo de inaugurações e projetos de expansão, Caggiano admite que a crise não tem ajudado nos negócios. A Brafer fechou 2014 com faturamento de R\$ 410 milhões e prevê uma queda de 30% na receita bruta para este ano. “Mas a crise é passageira e vamos manter os investimentos”, diz.

## **Para presidente da Fiesp, 'governo não cortou na carne, apenas postergou problema'**

15/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O governo federal não cortou nada “na carne”, apenas postergou o problema e transferiu fontes de recursos, avaliou nesta segunda-feira, 14, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf (PMDB), ao comentar o pacote de medidas de austeridade fiscal, de cerca de R\$ 65 bilhões, anunciado pela equipe econômica. O executivo prometeu reagir “fortemente” no Congresso para tentar derrubar as propostas.

“O governo não fez sua parte, não cortou nada na carne. Na realidade, postergou o problema e transferiu fonte de recursos: o que era do Tesouro passou para o Fundo de Garantia e o que era do Tesouro foi para emendas”, avaliou.

Skaf, que também é presidente do Sebrae-SP, criticou em especial a proposta do governo de pegar 30% do valor recolhido pelo Sistema “S”. Para ele, o Executivo quer “abocanhar um pedaço do sistema ‘S’”. “Significa pegar aquilo que funciona com eficiência e colocar na mão do governo, que é ineficiente”, disse.

Skaf também disparou duras críticas à postura do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que fez o anúncio das medidas ao lado do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, em Brasília.

Na avaliação do executivo, Levy foi irônico e fez comparações “infelizes”. “Ele desrespeitou a sociedade em vários momentos, quando, por exemplo, se referia aos aumentos de impostos como algo pequeno. Ele não tem esse direito”, afirmou. Segundo o executivo, “ministro para aumentar imposto o Brasil não precisa”.

“O ministro que o Brasil está precisando é aquele que combata desperdícios, melhore a gestão pública, combata com rigor a corrupção, que reduza os gastos e tamanho do Estado, que é o que cria esse problema”, defendeu.

Para Skaf, nada do que foi anunciado hoje vai ao encontro dos interesses dos brasileiros. “Se aumentar imposto resolvesse o problema do Brasil, o País não teria problemas”, disse. “A ironia do ministro, cabe à presidente da República decidir. Agora as medidas de criação de impostos vamos combater fortemente no Congresso”, prometeu.

### **Abimaq**

O anúncio do corte de despesas do governo federal em R\$ 26 bilhões para o próximo ano foi uma boa decisão se comparada com a falta de ação que vinha dominando o Executivo, avaliou hoje o diretor do Departamento de Competitividade da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Mário Bernardini.

“Eu diria que foi a melhor decisão se comparada com o imobilismo em que estava no Executivo”, afirmou.

Contudo, Bernardini disse desconfiar de que os cortes anunciados sejam apenas para justificar a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). “Temo que estes cortes nem sejam feitos”, disse o diretor da Abimaq.

“A CPMF é uma tragédia para a competitividade e exportações da indústria”, disse Bernardini, acrescentando que seria melhor se o governo fizesse incidir sobre o setor de serviços as mesmas taxas incidentes sobre a atividade industrial. Ele acha que seria correto também se o governo passasse a taxar as grandes fortunas de pessoas físicas. “Não quero que taxem os lucros dos bancos porque depois eles repassam tudo para o cliente”, disse.

### **‘É muito pouco que estamos pedindo’, diz líder do governo sobre CPMF**

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse nesta segunda-feira, 14, que a decisão do governo de retomar a cobrança da CPMF é “muito pouco que estamos pedindo à sociedade”. Ele afirmou que o governo está “cortando na própria carne” e as medidas anunciadas “não são amargas”. Guimarães disse ainda que a presidente Dilma Rousseff anunciará na próxima semana que ministérios serão cortados na reforma administrativa prometida em agosto.

"As medidas reequilibram sem tirar nenhum direito e apontam para a retomada da credibilidade do governo perante o País e os investidores internacionais. O governo cortou na sua própria carne ao reduzir despesas discricionárias", afirmou Guimarães.

Para o líder, o governo está equilibrando as receitas com as despesas. "Não são medidas amargas. São medidas razoáveis, consistentes e que precisam passar por um profundo diálogo com o Congresso, com a sociedade brasileira e com nossos investidores", disse Guimarães.

Apesar da reação adversa da oposição e até mesmo do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Guimarães acha que é possível dialogar com os parlamentares, inclusive os oposicionistas, e aprovar as medidas até o final deste ano.

"É muito pouco o que estamos pedindo para a sociedade, principalmente para aqueles que acumulam volumes altos de movimentações financeiras. É muito pouco", afirmou. "São medidas necessárias. Sem elas não tínhamos como sair", disse Guimarães.

"Espero contar com o apoio daqueles que criaram a CPMF no passado", afirmou o líder do governo, admitindo que a aprovação "é um longo e tenebroso caminho para a gente vencer".

Questionado sobre o condicionamento das emendas parlamentares a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Guimarães respondeu que essa pode ser uma maneira de liberar integralmente os recursos. "Quem sabe não é a saída para liberação de todas as emendas?".

A presidente Dilma reunirá líderes da base do governo às 9h nesta terça-feira, 15.

## **Financiamento de veículos em agosto cai 15,6% ante agosto de 2014, diz Cetip**

15/09/2015 – Fonte: EM.com

Os financiamentos de veículos novos e usados em agosto caíram 7,1% ante julho e recuaram 15,6% na comparação com o mesmo mês do ano passado, mostram dados da Unidade de Financiamentos da Cetip divulgados nesta segunda-feira. Com o resultado, o total de veículos financiados neste ano até agosto no Brasil é 11,6% menor do que o volume de financiamentos feitos em igual intervalo de 2014.

No oitavo mês de 2015, foram financiados 433.787 automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus e motocicletas em todo o país. A maior parte foi de usados, com 243.695 unidades, 7,9% a menos do que em julho e 22% menor do que em agosto do ano passado.

Já o total de veículos zero quilômetro financiados em agosto foi de 190.092 unidades, o equivalente a quedas de 6,5% na variação mensal e de 9,8% na comparação interanual.

De acordo com analistas da Cetip, a piora nos indicadores econômicos puxaram os números para baixo.

"A piora nos indicadores de emprego e renda em 2015, aliada ao baixo nível de confiança dos consumidores e empresários, está impactando negativamente o mercado de financiamentos de veículos", avaliou o gerente de Relações Institucionais da Cetip, Marcus Lavorato, em nota à imprensa.

### **Modalidades**

Opção mais utilizada entre as modalidades de financiamento, o total de veículos

financiados por Crédito Direto ao Consumidor (CDC) caiu 7% em agosto ante julho e tombou 17,5% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Já o consórcio, segunda modalidade mais usada, registrou quedas de 10,1% na variação mensal e de 6,6% no comparativo interanual. Na contramão, os financiamentos por leasing, terceira opção mais utilizada, cresceram 15,7% em agosto ante julho e 10,1% frente um ano atrás.

## **Governo anuncia medidas fiscais de R\$64,9 bi para 2016, com volta da CPMF**

15/09/2015 – Fonte: Reuters

O governo federal anunciou nesta segunda-feira um pacote de medidas fiscais no valor de 64,9 bilhões de reais, com o objetivo de garantir um superávit primário em 2016 e resgatar a credibilidade da política fiscal, menos de uma semana após o Brasil ter pedido o selo de bom pagador por uma agência de classificação de risco.

A principal medida proposta é a recriação da polêmica Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com a alíquota de 0,2 por cento, por um período mínimo de 4 anos, que deverá ter tramitação difícil no Congresso Nacional. A estimativa é que a CPMF gere uma receita de 32 bilhões de reais no próximo ano.

No total, são nove medidas de redução de custos e outras de aumento de receitas, sendo que muitas delas precisam de aprovação no Congresso Nacional, que tem manifestado resistência em aprovar aumento da tributação.

O objetivo final é reverter o rombo de 30,5 bilhões de reais previsto na proposta orçamentária da União enviada ao Congresso Nacional no fim de agosto, e gerar um superávit primário de 34,4 bilhões de reais no próximo ano.

O envio da proposta orçamentária deficitária ao Congresso foi apontado como o principal motivo para o rebaixamento da nota soberana do Brasil pela agência Standard & Poor's na semana passada, para grau especulativo.

Com as medidas anunciadas nesta segunda-feira, o governo reassume o compromisso com um superávit primário do setor público consolidado equivalente a 0,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem.

"Com o anúncio do fiscal, volta a existir o risco de o Brasil dar certo. Foi bastante boa a mudança de atitude", disse o economista-chefe do Bradesco, Octavio de Barros.

O governo anunciou medidas para reduzir em 26 bilhões de reais os gastos obrigatórios e discricionários, que abrangem o adiamento do reajuste dos servidores, corte de despesas administrativas e dos gastos inclusive de programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida, de investimentos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Do lado da receita, o objetivo é elevar a arrecadação em 33,8 bilhões de reais, para compensar uma estimativa de receita menor do próximo ano de 5,5 bilhões de reais por conta do desempenho econômico mais fraco, e cobrir o déficit.

Além da CPMF, o governo anunciou propostas de aumento do Imposto de Renda sobre ganhos de capital de pessoas físicas e de mudanças em benefícios fiscais, como os Juros sobre Capital Próprio (JCP) de empresas.

"Vivemos momento difícil e temos que ajustar muitas coisas", afirmou o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ao anunciar as medidas. "Conseguimos cortar gastos garantindo que o Estado cumpra suas obrigações", acrescentou.

Os recursos obtidos com a CPMF, que por se tratar de uma contribuição não são divididos com Estados e municípios, serão utilizados integralmente para cobrir despesas da Previdência Social, conforme uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que será enviada ao Congresso, disse Levy.

"Volta da CPMF é caminho com menor impacto inflacionário e mais distribuído na sociedade", afirmou o ministro.

Do lado do corte de despesas, o adiamento do reajuste dos servidores públicos deve garantir uma economia de 7 bilhões de reais no próximo ano, disse os ministros do Planejamento, Nelson Barbosa, que também participou do anúncio das medidas fiscais.

Os cortes no programa Minha Casa, Minha Vida chegam a 4,8 bilhões de reais. Segundo Barbosa, para que não haja comprometimento da execução do programa, a proposta prevê o direcionamento de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o financiamento do Faixa 1 do MCMV.

O governo anunciou ainda um corte de 3,8 bilhões de reais nas despesas discricionárias com a saúde, mantendo os gastos obrigatórios no setor. O governo vai propor que o Congresso compense a redução de verbas para a saúde por meio de emendas parlamentares individuais.

Também foi suspensa a realização de concursos públicos, com economia de 1,5 bilhão de reais. Outra ação é a eliminação do abono de permanência de servidores, com redução de gastos de 1,2 bilhão em 2016, medida que será enviada ao Congresso por meio de PEC.

O tamanho do ajuste veio em linha com o noticiado mais cedo pela Reuters, quando duas fontes do Executivo disseram que a soma das medidas de corte de despesas e aumento das receitas seria de cerca de 65 bilhões de reais.

#### PACOTE NO CONGRESSO

Muitas das medidas anunciadas nesta segunda-feira pelo governo terão de passar pelo Congresso Nacional, onde o Executivo enfrenta grandes dificuldades. A grande dúvida com a aprovação da CPMF.

"O governo comprou algumas brigas e eu duvido que o Congresso vá contra em todas elas, mas o principal é sentir qual a probabilidade de aprovação da CPMF, porque ela é realmente a medida mais significativa, a medida que salva o resultado", disse Marco Caruso, economista do Banco Pine.

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que rompeu com o governo após ser acusado por um delator da operação Lava Jato de receber propina do esquema de corrupção na Petrobras (PETR4.SA: Cotações), avaliou como "pouco provável" a aprovação pelo Congresso da recriação da CPMF.

"Acho temeroso querer condicionar o sucesso de um ajuste fiscal a uma receita que nós sabemos ser de difícil equacionamento", afirmou Cunha.

O líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), disse que seu partido votará contra qualquer aumento de impostos. "O governo tem que trabalhar o orçamento com a receita que tem", disse.

Já o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), classificou de "significativos" os cortes de 26 bilhões de reais propostos pelo Executivo, mas disse que a

premissa para o Legislativo aprovar a elevação da tributação é a redução do número de ministérios.

"O governo fez um corte significativo, e isso é bom. E o governo não pode ter nenhuma dúvida com relação a corte de ministérios e corte de cargos em comissão. Essa é uma preliminar para que possamos discutir qualquer aumento de receita", afirmou.

## **EXCLUSIVO-Ferreira pediu licença da Petrobras para focar na Vale, diz fonte da estatal**

15/09/2015 – Fonte: Reuters

O presidente do Conselho de Administração da Petrobras, Murilo Ferreira, pediu licença do cargo até o fim de novembro para concentrar-se na gestão da mineradora Vale, onde é presidente-executivo, disse uma fonte da petroleira.

O pedido de licença até 30 de novembro foi anunciado pela Petrobras na manhã desta segunda-feira, sem outros detalhes.

"O problema deles (Vale) é que eles são China, muito concentrados. A situação deles é complicada porque a Vale concentra em um produto só (minério de ferro), não é fácil", disse a fonte da Petrobras, sob condição de anonimato, ao comentar a licença de Ferreira.

Murilo Ferreira acumula funções nas duas companhias, que estão entre as maiores do país, desde o final de abril, quando o governo federal permitiu uma mudança quase completa no Conselho da Petrobras.

Enquanto a petroleira tenta resolver seus problemas de caixa, em um momento de alto endividamento e de escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato, a Vale enfrenta dificuldades com o mercado de minério de ferro.

A mineradora é a maior produtora global da commodity e tem nela sua principal fonte de receita.

As cotações do minério --vendido principalmente à China-- tocaram em julho o menor valor em 10 anos, pressionadas por uma desaceleração na demanda no país asiático e por uma grande oferta das grandes mineradoras globais.

Questionada após o anúncio da Petrobras, a assessoria de imprensa da Vale informou que Murilo Ferreira segue normalmente com suas funções na companhia. As ações preferenciais da Petrobras recuavam 0,8 por cento por volta do meio-dia. As da Vale recuavam 2,5 por cento.

### **HARMONIA**

Cerca de um mês atrás, o Conselho da Petrobras aprovou a venda de ao menos 25 por cento da BR Distribuidora, unidade de distribuição combustíveis da estatal, mas Murilo Ferreira foi um dos dois votos contrários, junto com o representante dos funcionários da estatal.

A Petrobras quer vender 15,1 bilhões de dólares em ativos até o final de 2016 para ajudar a reduzir o montante de 132 bilhões de dólares de dívida, a maior de qualquer petroleira.

Segundo a fonte da estatal, o ambiente entre os membros do Conselho é "harmônico", mesmo com divergências sobre uma oferta pública de ações (IPO) da BR Distribuidora. "A licença do Murilo não tem nada a ver com a questão da BR. Tem a ver com o foco na Vale nesse momento.

A posição dele sobre a BR, as contingências, até levaram para outra solução que foi não fazer o IPO agora", disse a fonte, destacando que a posição de Ferreira foi acertada, uma vez que não há atualmente condições de mercado para uma venda satisfatória de fatia da subsidiária.

### **Aumento de CSLL sobre bancos pode desacelerar crédito e aumentar calotes, diz Fitch**

15/09/2015 – Fonte: Reuters

O aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os bancos deve resultar em aumento do custo do crédito para tomadores, podendo elevar os índices de inadimplência e enfraquecer ainda mais o crescimento dos empréstimos, afirmou a agência de classificação de risco Fitch nesta segunda-feira.

Com o aumento da alíquota da CSLL, de 15 para 20 por cento, que entra em vigor em primeiro de outubro, a contribuição representará cerca de 40 por cento da tributação sobre os ganhos dos bancos, segundo a Fitch, para quem a taxa efetiva de tributação dos bancos no Brasil ficou em 28 por cento em 2014.

"O efeito líquido do aumento de impostos poderia reduzir o lucro dos bancos de 4 por cento, em média", calcula a agência. O Banco Central anunciou no fim de agosto que o índice de inadimplência no mercado de crédito com recursos livres subiu a 4,8 por cento em julho, pico em dois anos. O estoque de crédito em 12 meses até julho subiu 9,9 por cento.

O setor financeiro tem sido apontado pelo governo como um dos principais alvos de possíveis novos aumentos de impostos, dada a necessidade de recursos para fechar o rombo fiscal. Na semana passada, o líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), afirmou que o governo federal avalia que o setor financeiro suporta uma carga tributária maior que a atual.

Durante análise da proposta de aumento da CSLL, a relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), cogitou propor alíquota de 23 por cento, mas recuou. Ela defendeu também acabar com os benefícios fiscais do pagamento de remuneração a acionistas por meio de juros sobre capital próprio (JCP) e retomada da cobrança CPMF.

O governo também anunciou cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre empréstimos do BNDES. Na opinião da Fitch, a capacidade comprovada de bancos brasileiros para preservar rentabilidade os expõe ao risco de aumento de impostos. Caso novos impostos sobre o setor aconteçam, a Fitch prevê pressões sobre a rentabilidade em 2015, 2016 e provavelmente no primeiro semestre 2017.

### **Metais caem com preocupação sobre a China**

15/09/2015 – Fonte: Exame



O cobre e outros metais básicos operam em baixa em Londres, após indicadores mais fracos que o esperado da China ampliarem as preocupações sobre a saúde econômica do gigante asiático. Por volta das 8h35 (de Brasília), o cobre para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) caía 0,8%, a 5.328,00 por tonelada.

Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para dezembro tinha queda de 1,57%, a US\$ 2,4150 por libra-peso, às 9h21 (de Brasília).

Dados publicados pela China no fim de semana mostraram que a produção industrial e os investimentos em ativos fixos decepcionaram em agosto, mês em que Pequim fechou algumas fábricas temporariamente antes de uma grande parada militar.

"Os números ficaram abaixo do esperado e apontam para mais desaceleração da economia chinesa", comentou o Commerzbank em nota a clientes.

A China é responsável por cerca de 45% da demanda global por cobre.

A semana nos mercados de metais também promete ser de cautela antes do anúncio de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), que na quinta-feira (17) vai decidir se eleva ou não os juros básicos dos EUA pela primeira vez em uma década.

Muitos analistas avaliam que, diante dos temores com a China, é improvável que o Fed comece a elevar juros antes de dezembro.

Entre outros metais na LME, o alumínio para três meses recuava 1%, a US\$ 1.624,00 por tonelada, enquanto o zinco tinha baixa de 2%, a US\$ 1.776,50 por tonelada, o níquel caía 2,5%, a US\$ 10.045,00 por tonelada, o chumbo perdia 1,6%, a US\$ 1.679,00 por tonelada, e o pouco negociado estanho cedia 0,5%, a US\$ 15.450, por tonelada.

## **Juros médios do cartão de crédito sobem para 350% ao ano, diz Anefac**

15/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A taxa de juros média que incide sobre o rotativo do cartão de crédito —quando o consumidor deixa de pagar a fatura integral— subiu para 350% ao ano em agosto, afirma pesquisa da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) divulgada nesta segunda-feira (14). É o maior nível desde março de 1999.

De acordo com a Anefac, a taxa cobrada do consumidor na modalidade passou de 13,03% ao mês (ou 334,84% ao ano) em julho para 13,37% ao mês (ou 350,79% ao ano) em agosto.

O aumento é reflexo da desaceleração econômica do país, que eleva o risco de calote, e também das altas do juro básico (Selic) pelo Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central), de acordo com a associação.

Em agosto, os juros médios para pessoa física atingiram 7,14% ao mês (ou 128,78% ao ano), maior nível desde julho de 2009. Em julho, a taxa era de 7,06% ao mês (ou 126,74% ao ano). Os juros no cheque especial atingiram 10,14% ao mês (ou 218,67% ao ano), o maior patamar desde janeiro de 2003.

Segundo Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor da associação, o cenário de alta nos juros deve se manter nos próximos meses por causa da perspectiva de aumento da inadimplência no país.

As seis linhas de crédito pesquisadas pela Anefac tiveram aumentos nos juros em agosto (confira abaixo):

## TAXA DE JUROS PARA PESSOA FÍSICA EM AGOSTO

Linha de crédito	Taxa em julho, ao mês	Taxa em agosto, ao mês
Juros no comércio	5,25%	5,30%
Cartão de crédito	13,03%	13,37%
Cheque especial	10,10%	10,14%
CDC -bancos- financiamento de automóveis	2,12%	2,14%
Empréstimo pessoal (bancos)	4,13%	4,15%
Empréstimo pessoal (financeiras)	7,70%	7,72%
Taxa média	7,06%	7,14%

### EXEMPLOS DE IMPACTO EM EMPRÉSTIMOS

#### Empréstimo pessoal de R\$ 5.000 em banco em 12 parcelas

##### Juro mensal, em % Valor da parcela, em R\$ Total pago, em R\$

5,30                      678,73                      8.144,82

#### Uso de R\$ 3.000 no rotativo do cartão de crédito por 30 dias

##### Juro mensal, em % Valor dos juros pagos, em R\$ Total pago, em R\$

13,37                      401,10                      3.401,10

#### Uso de R\$ 1.000 por 20 dias no cheque especial

##### \*Juro mensal, em % \* Valor dos juros pagos, em R\$ Total pago, em R\$

10,14                      67,60                      1.067,60

### PESSOA JURÍDICA

Os juros médios cobrados de empresas registraram alta em agosto, passando para 4,09% ao mês (ou 61,77% ao ano). As três linhas de crédito analisadas viram seus juros subirem. No capital de giro, os juros subiram de 2,38% ao mês em julho para 2,40% em agosto.

Já a taxa de desconto de duplicatas avançou para 2,87% ao mês. A conta garantida passou de 6,94% ao mês em julho para 6,99% ao mês em agosto.

#### COMO ESCOLHER O CRÉDITO ADEQUADO



##### Cheque especial

Use em emergências (doença familiar, acidentes, carro quebrado etc.) por poucos dias



##### Cartão de crédito

Evite o rotativo do cartão. Caso perceba que gastou mais do que poderia, contrate um empréstimo pessoal



##### Crédito pessoal

Indicado em casos de descontrole financeiro ou planejamento de longo prazo, como uma viagem



##### Crédito consignado

Opção com a menor taxa, mas é preciso verificar se sua empresa tem convênio com os bancos

## **Indústria 'murchou' por causa do câmbio, diz Delfim Netto**

15/09/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



O ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto voltou a afirmar nesta segunda-feira, 14, que a valorização cambial tirou da indústria a sua capacidade de exportar, o que abriu espaço para a entrada de produtos importados no País.

O economista participa neste momento do 12º Fórum de Economia organizado pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

"A indústria murchou", disse Delfim, acrescentando que por conta da valorização cambial o Brasil roubou US\$ 412 bilhões da indústria nos últimos 20 anos. O câmbio de acordo com Delfim não é tudo, "mas o câmbio e suas circunstâncias é muita coisa".

Segundo o ex-ministro, a valorização cambial concorreu para eliminar a uniformidade do crescimento do PIB industrial, dos serviços e da agricultura. Para ele, o afastamento da taxa de crescimento da indústria em relação aos demais setores da economia teve início a partir dos anos de 1985 e 86.

## **Governo ignora reclamações da base e vai enviar à Assembleia elevação do ITCMD**

15/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Previsto para chegar nesta segunda-feira (14) em regime de urgência à Assembleia, o "pacote anticrise" do governo do estado teve o envio ao Legislativo adiado para terça-feira (15).

Deputados da base aliada afirmam que "não pegou bem" a proposta que vai aumentar a cobrança do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos (ITCMD) para transações acima de R\$ 375 mil, e que foi anunciada pelo Executivo como redução da carga tributária. Depois de ser ventilada inclusive a possibilidade de abortar a ideia, agora o governo terá de convencer a base aliada a aprovar a matéria.

Lançado no dia 3 de setembro, o pacote traz a mudança no ITCMD e a criação de um Fundo de Combate à Pobreza como principais medidas – de um total de 18 – para driblar a crise econômica nacional.

A proposta começaria a tramitar nesta segunda na Casa. No entanto, a resistência à questão tributária forçou a Secretaria da Fazenda a reavaliar a alteração na tabela do imposto.

Uma reunião de emergência foi convocada pelo secretário da Casa Civil, Eduardo Sciarra, no Palácio Iguazu no início da noite, e o governo decidiu comprar a briga. Na tentativa de

esclarecer dúvidas sobre a mudança, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, se reunirá com os deputados na tarde desta terça.

“Resistência só pode acontecer depois de [os parlamentares] conhecerem o texto. Não dá para antecipar nada nesse sentido”, minimizou Sciarra.

Já o líder do Executivo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), defendeu a proposta e voltou a classificá-la como medida de justiça fiscal. “Quem pode mais vai pagar mais, e quem pode menos vai pagar menos. Os deputados da base têm de entender que são governo e que esse é um projeto importante.”

### ***Mudanças***

Cobrado sobre o valor da herança recebida por parentes de pessoas que morreram ou sobre doações de bens feitas ainda em vida, o ITCMD é hoje de 4% do montante de todas as operações, independentemente do valor.

A ideia do Executivo é estabelecer alíquotas progressivas do imposto de zero a 8% do valor do bem. Pela proposta, transações de até R\$ 25 mil serão isentas. Além disso, haverá deduções na cobrança dentro de cada alíquota, a exemplo do Imposto de Renda.

Na prática, pessoas que herdarem ou receberem doações até R\$ 375 mil terão redução de imposto em relação ao que ocorre hoje ou continuarão pagando a mesma quantia. A partir desse valor, porém, os contribuintes paranaenses passarão a pagar mais imposto do que atualmente.

Também deve ser alterado o trecho atual da legislação que isenta do pagamento do ITCMD – seja qual for o valor envolvido – herdeiros que morem no imóvel da pessoa que morreu e que não tenham outros imóveis. Haverá “restrições” a esse benefício.

### ***Objetivo seria forçar doações a parentes ainda em vida***

Apesar do discurso de “promover justiça fiscal” com a mudança na cobrança do ITCMD, o objetivo do governo é aumentar a arrecadação no curto prazo e alavancar ainda mais o superávit de R\$ 2 bilhões das contas estaduais, fechado até o mês de agosto.

A estratégia é forçar uma corrida de contribuintes para fazer o planejamento sucessório ainda em vida, por meio de doação, antes de um possível aumento do imposto. A afirmação é de um deputado da base aliada.

Em São Paulo, por exemplo, a arrecadação do ITCMD no primeiro semestre deste ano aumentou 53,8% em relação ao mesmo período de 2014, mesmo a alíquota permanecendo em 4%. Isso porque escritórios de advocacia têm orientado os clientes a fazerem doação em vida diante da possibilidade de o ITCMD ser majorado no estado e, principalmente, dos estudos da União para se apropriar de uma parte do imposto.

No mês passado, por exemplo, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários estaduais da Fazenda, aprovou uma proposta para aumentar a alíquota do ITCMD para até 20%.

“O estado teria arrecadado apenas R\$ 800 mil a mais se essa tabela valesse em 2014. Na verdade, o objetivo é que todo mundo faça doações agora, o que levará a um aumento quase que imediato de receita”, explica o parlamentar governista.

## **Tokyo Steel faz 1o corte de preços de produtos siderúrgicos em 11 meses**

15/09/2015 – Fonte: Reuters

A Tokyo Steel Manufacturing, um dos maiores grupos siderúrgicos do Japão, afirmou na terça-feira que vai cortar os preços de produtos para entrega em outubro em 5.000 a 13 mil ienes (42 a 108 dólares) a tonelada por causa de aumento de importações no país e demanda doméstica fraca.

A decisão marca a primeira redução de preços da empresa em 11 meses.

A estratégia de preços da empresa é atentamente acompanhada por rivais asiáticos como as sul-coreanas Posco e Hyundai Steel e a chinesa Baosteel, que exportam para o Japão. Os preços do principal produto da Tokyo Steel, vigas "H" usadas em construção civil, vão cair em 7 mil ienes, ou 9 por cento, para 70 mil ienes (582 dólares a tonelada).

"O corte no preço serve para refletir o atual mercado à vista no Japão, que tem sido pressionado pela demanda lenta da atividade de construção por causa de atrasos em projetos e altos estoques de aço", disse Kiyoshi Imamura, diretor da Tokyo Steel.

## **GM tem escala suficiente para seguir sozinha, diz presidente**

15/09/2015 – Fonte: Reuters

A presidente-executiva da General Motors, Mary Barra, reiterou nesta terça-feira que uma aliança com a Fiat Chrysler não atende os melhores interesses dos acionistas da companhia, que tem escala para seguir sozinha com seus investimentos em novas tecnologias.

O presidente-executivo da Fiat Chrysler, Sergio Marchionne, afirmou mais cedo neste mês que estava buscando uma aliança com a GM, comentando que uma operação como esta tem "alta prioridade" para sua companhia e que uma transação seria a melhor aliança estratégica para a rival norte-americana.

"Estudamos este assunto com cuidado e em grande detalhe e avaliações internas e de especialistas externos afirmando que não é do melhor interesse do acionista da General Motors", disse Barra a jornalistas, durante o salão do automóvel de Frankfurt.

O conselho de administração da GM rejeitou uma proposta de fusão com a Fiat Chrysler mais cedo neste ano.

Isso não impediu Marchionne de perseguir o que chama de "parceiro ideal", enquanto tenta reduzir o número de montadoras da indústria e compartilhar o custo de desenvolvimento de veículos mais limpos e eficientes.

Barra afirmou que a GM está concentrada em investimento em novas tecnologias e conectividade e que é capaz de fazer isso sozinha.

"Este é o nosso foco, entregar o melhor retorno a nossos acionistas. Temos a escala necessária para conseguir isso", afirmou a executiva.

Ela afirmou que nunca discutiu uma possível aliança diretamente com Marchionne depois de rejeitar a oferta de fusão enviada por email mais cedo neste ano.

## **“Indústria terá de conviver com mais impostos”**

15/09/2015 – Fonte: Automotive Business



Em apresentação no Workshop Legislação Automotiva, promovido por Automotive Business na segunda-feira, 14, Gilberto Luiz do Amaral, diretor do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) alertou: “a indústria terá de conviver com mais impostos.” Não demorou nada para que a importância do aviso fosse comprovada.

Na tarde do mesmo dia o governo anunciou pacote de medidas fiscais que pretendem trazer economia de R\$ 64,9 bilhões aos cofres públicos, permitindo o cumprimento da meta de superávit primário de 0,7% em 2016.

Entre as ações para garantir a economia está a suspensão do Reintegra em 2016. O programa devolve aos exportadores custos tributários embutidos nos preços de venda.

Ficou definida que a iniciativa, que já chegou a garantir a reposição de 3% dos custos e, ao longo de 2015 ficou em 1%, terá atuação reduzida para 0,1% no ano que vem.

Com isso, o programa fica praticamente inoperante, sem potencial para aliviar a pressão de custos enfrentada pelas empresas de autopeças ou melhorar as condições para o setor competir internacionalmente.

O plano do governo é voltar a fortalecer o Reintegra a partir de 2017, quando a devolução deve retornar ao patamar de 1% e subir gradativamente até chegar a 3% em 2019. Ao anunciar o plano, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, defendeu que a medida é “apropriada porque o câmbio está mais favorável às exportações e pode compensar essa despesa tributária do governo.” A pasta aponta que a medida vai garantir arrecadação de mais R\$ 2 bilhões.

### **TRIBUTAÇÃO MAIOR**

Além da medida que afeta diretamente a cadeia produtiva, o governo também apresentou a proposta do retorno da CPMF, que seria responsável por mais de R\$ 32 bilhões do total necessário para o ajuste nas contas públicas.

O IBPT lembra que a cadeia produtiva precisará administrar também o impacto da Lei 13.161. A entidade aponta que a medida onera a folha de pagamentos, com aumento do tributo de 1% para 2,5% sobre a receita bruta das empresas. Dessa maneira, a solução, que pode ser adotada em substituição à contribuição previdenciária, perde a eficácia.

Quanto maior a receita da companhia, menor o benefício em trocar os tributos. O IBPT constatou que, com as novas condições a opção por recolher a alíquota com base no faturamento passa a ser desvantajosa para 60% das empresas. Este número estava em torno de 20% antes de a alíquota subir.

Amaral, do IBPT, afirmou que falta clareza sobre os reais objetivos das medidas tributárias. Cristiano Lisboa Yazbek, também diretor do instituto, lembrou que a política tributária tem como objetivo, segundo a Constituição Federal, garantir o desenvolvimento do País. "Se for diferente disso é anticonstitucional", determinou.

## **SINDIPEÇAS**

Reduzir o percentual do Reintegra para valor simbólico atende a ao menos um pleito do Sindipeças, sindicato que representa a cadeia produtiva. Diante da possibilidade de o sistema acabar, Paulo Butori, presidente da entidade, declarou em entrevista para a revista Automotive Business ter solicitado que o programa fosse reduzido ao mínimo, mas que permanecesse ativo. Dessa forma fica mantida a possibilidade de que ele volte a operar em patamar mais interessante no futuro.

O governo parece ter atendido ao pedido, mas nada garante, no entanto, que é isso que vai acontecer. O plano de que o Reintegra volte a 1% em 2017, com aumento do percentual a partir daí, pode simplesmente não se concretizar. A devolução menor do programa em 2016 também representa movimento bastante negativo para a indústria: uma mudança das regras no meio do jogo.

Na entrevista concedida por Butori, ele mostrou descontentamento com, até aquele momento, a possibilidade de que o setor voltasse a ser tributado por algo que já estava previsto na planilha de custos e nos preços das empresas. "Temos 5,5% de custos tributários embutidos em nossos preços para exportação. O Reintegra não é um benefício, é uma necessidade", declarou na ocasião.

## **Anfavea insiste na renovação de frota de caminhões**

15/09/2015 – Fonte: Automotive Business



A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) insiste na necessidade de um programa eficiente de renovação de frota para retirar das ruas cerca de 230 mil caminhões com mais de 30 anos de idade, a maioria nas mãos de autônomos. "A intenção é sucatear 30 mil desses veículos a cada ano.

No primeiro ano seriam mil, no segundo, 2 mil", afirmou o vice-presidente da Anfavea, Marco Saltini, durante o workshop "Os Desafios da Legislação Automotiva 2016", realizado segunda-feira, 14 por **Automotive Business** em São Paulo.

Pelo programa sugerido que se encontra em uma das muitas gavetas do governo, cada proprietário receberia crédito de R\$ 30 mil para entregar seu caminhão, que seria sucateado. "Dinheiro para isso tem: aquele que é gasto hoje com a saúde pública em consequência de acidentes e da poluição do ar", defendeu Saltini.

Programas de renovação testados em São Paulo (no porto de Santos), Minas Gerais e Rio de Janeiro até agora tiveram resultados pífios, com o recolhimento de menos de 300 caminhões em dois anos.

Segundo cálculos do Conselho Nacional do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Conama), um único caminhão com mais de 30 anos polui o equivalente a 40 atuais (Proconve P7).

Saltini também defendeu a implantação da inspeção veicular como forma de retirar de circulação veículos mais poluentes e inseguros e estimular o programa de renovação de frota.

“Já disseram que a renovação esbarra no fato de caminhões com mais de 30 anos ainda terem bom valor de mercado, entre R\$ 30 mil e R\$ 50 mil. Se existisse uma inspeção restritiva esse valor seria zero, pois esses veículos seriam impedidos de circular”, ponderou.

Ele recordou que, durante evento recente, a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) entregou carta a um representante do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) pedindo prioridade na implantação de programas de inspeção e manutenção veicular.

### **Programas de P&D exigem equipes dedicadas**

15/09/2015 – Fonte: Automotive Business



Criar equipes dedicadas e exclusivas para gerenciar os processos de inclusão das companhias em programas de incentivo à pesquisa e desenvolvimento (P&D) é o primeiro passo para que o setor automotivo possa aproveitar de forma plena todas as ferramentas disponíveis no Brasil, concordam os participantes do painel O Desenvolvimento dos Programas de P&D e Inovação, durante o Workshop Os desafios da Legislação Automotiva, realizado na segunda-feira, 14, por **Automotive Business** em São Paulo.

“As empresas anseiam por incentivos e para esta área estamos bem servidos, mas precisa se organizar para isso. As companhias precisam focar e entender que é o tipo de trabalho que não dá para fazer nas horas vagas: é burocrático, é complexo e precisa ser tratado com pessoal competente.

Falta também quebrar esse paradigma de que P&D tem que ser global e segredo. Há exemplos de empresas que estimulam startups a fim de promover essa parceria quando a ainda não há esse know-how. O certo é que vai chegar a hora de abrir as portas”, afirma Valter Pieracciani, diretor da consultoria Pieracciani, especializada em inovação.

Para Bruno Bragazza, gerente de inovação e propriedade intelectual da Bosch América Latina, o trabalho exige investimento em capacidade e conhecimento: “Essa gestão de incentivos, área que criamos em 2008 na Bosch, consiste em entender os conceitos e objetivos da empresa em pesquisa, desenvolvimento e inovação e buscar oportunidades que viabilizam esses projetos.

Há uma série de bons instrumentos e ferramentas disponíveis, mas ainda há pouco uso deles exatamente pela falta de conhecimento: precisa estudar as leis e de uma equipe especializada para isso. Nos primeiros três anos utilizávamos apenas a Lei do Bem.

Demoramos algum tempo até conceber e começar a utilizar outros programas”, exemplificou.

Segundo Thomas Schmidt, diretor regional de P&D e inovação da ZF América do Sul, há certas limitações que podem fazer com que haja demora ainda maior na integração com os programas locais de desenvolvimento, como a falta de competitividade brasileira, o que gera discussão interna quando o assunto é investimento.

“Trabalhamos com P&D baixo no Brasil porque a matriz preza pelo diferencial e pelo retorno que isso proporcionará no curto e médio prazo. De certa forma, esbarramos nessas limitações. Também há outro aspecto, a dificuldade e o dilema em eleger o que é inovação, porque há falta de clareza quanto às definições de nomenclaturas e conceitos do que é inovação junto ao governo, o que gera dificuldade de acesso aos programas”, alertou.

O executivo lembra que no caso do Brasil há o paradoxo: só se é competitivo quando se inova. Para ele, a formação dessa nova cultura é um processo lento: “Leva bastante tempo e não tem data marcada para ter algum tipo de retorno. Temos um agravante, o da crise atual, que desfigura qualquer intenção de investimento. Seria o momento certo para fazer, mas acredito que só voltará a ser vantajoso investir quando o cenário estiver mais robusto”.

## **VALOR DA INOVAÇÃO**

Os participantes concordaram que não há falta de recursos para sustentar os programas de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento, mas que a burocracia, além da falta de conhecimento sobre a área, pode atrapalhar o acesso das empresas: “78% do que se gasta com P&D o governo está disposto a devolver de alguma forma, como vemos na Lei do Bem ou mesmo no Inovar-Auto com o incentivo do IPI, mas estamos jogando mal quando o assunto é sua utilização. As empresas têm nos procurado com o viés de redução de custo e isso é amplamente possível com os programas em curso”, afirma Pieracciani.

Para ele, a situação ideal é que a indústria ganhe pelo menos dois anos de “respiro” para aproveitar ao máximo tudo o que há disponível nos âmbitos do Finep e BNDES, por exemplo, sem esbarrar em intervenções burocráticas como os questionamentos do governo sobre o que é ou o que deixa de ser inovação.

“Não faz sentido dizer que não se faz inovação no Brasil. Claro, temos erros dentro de casa e no governo. Tem de valorizar nossa engenharia e os primeiros a fazer isso somos nós mesmos. Chegar para os técnicos do governo e dizer: isso é desenvolvimento, é engenharia e é o jeito brasileiro de fazer inovação”, reforçou.

## **METAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM RISCO**

Questionados sobre o possível cenário de postergação de prazos para que a indústria atinja níveis de eficiência energética exigidos pelo Inovar-Auto, os participantes foram enfáticos ao afirmar que muitos já contam com tal possibilidade, mas que não é claramente abordado.

“Muitas empresas não estão conseguindo atingir, há uma exigência e uma pressão grande quanto ao conteúdo local. Tais dificuldades claramente podem até barrar alguns tipos de investimento, porque a essência do negócio é de que traga retorno. Provavelmente como indústria em uníssono, não vamos conseguir”, disse Schmidt.

“Apesar das restrições, deveríamos prezar ainda mais pelas regras. Isso traria grande credibilidade. Não sou favorável em postergar [os prazos], mas já se sabe que vai acontecer”, cravou Bragazza.

“Seria péssimo adiar. Seria reforçar a cultura do ‘deixa disso’ e atestar incompetência apenas depositando no fundo de investimento [conforme prevê o Inovar-Auto]. O caminho é se unir, investir como uma indústria para fazer engenharia e não tratar o assunto como ‘o me engana que eu gosto’. Temos que definitivamente fazer P&D”, concluiu Pieracciani.

## Volta a 3,5 milhões de carros/ano só em 2025

15/09/2015 – Fonte: Automotive Business



O patamar recorde registrado em 2013, quando foram vendidos 3,57 milhões de veículos no mercado brasileiro, só deve voltar a acontecer na metade da próxima década. A estimativa foi apresentada por Jomar Napoleão, consultor sênior da Carcon Automotiva, no Workshop Legislação Automotiva, realizado por **Automotive Business** em São Paulo, na segunda-feira, 14.

O consultor acredita que as vendas cairão para 2,45 milhões de veículos leves em 2015, com expressiva queda de 31% na comparação com 2014. Este patamar deve se manter estável em 2016, com expansão lenta e gradativa a partir de então até que as vendas cheguem a 2,79 milhões de automóveis e comerciais leves em 2019.

“De qualquer maneira, ainda que lenta, vemos que há retomada”, resume Napoleão. Na análise do especialista, a produção somará 2,39 milhões de unidades em 2015, com evolução para 2,9 milhões de carros até 2019.

Enquanto a melhoria das vendas de novos não acontece, o consultor destaca que outro segmento ganha força no mercado brasileiro, o de carros usados. Ele enfatiza que a proporção de vendas de seminovos em relação aos zero-quilômetro cresce rapidamente.

“Muitos consumidores que compraram novos de entrada no passado estão hoje investindo em automóveis com até três anos de uso, melhor equipados e por preços mais em conta”, esclarece.

## CAMINHÕES

A Carcon avalia que o impacto da retração econômica no setor de caminhões é mais severo não apenas pelo segmento ser mais sensível às variações da economia. Carlos Reis, diretor da consultoria, acredita que houve uma bolha no segmento nos últimos anos causada pelo estímulo às vendas por meio do PSI, que reduziu as taxas de juros para, em média, 7% ao ano.

“Houve crescimento artificial que resultou na compra de 200 mil veículos a mais, o que representa hoje 17% da frota”, estima.

Ainda que as vendas de novos tenham diminuído 46% ao longo de 2015, Reis destaca que a demanda por caminhões usados já chega a 380 mil unidades, com queda de apenas 1,3% na comparação com o ano passado. “Isso mostra que ainda tem gente comprando, que há interesse”, aponta.

Para que os negócios voltem a se aquecer, além da baixa demanda por frete, a Carcon

aponta que as transportadoras enfrentam outros problemas. Um deles é a subida dos custos, que chegaram a ficar 8% maiores com o aumento do preço do diesel. A situação se agrava com a queda do preço do frete, que ficou, em média, 14% menor.

Diante disso, a consultoria projeta mercado interno de apenas 75 mil caminhões em 2015. Se concretizado, o volume representará queda de 45,3% na comparação com 2014 e de 50% em relação à média dos últimos quatro anos, período em que, segundo Reis, o mercado brasileiro estava sob efeito da bolha criada pelo PSI.

A produção do segmento deve ficar em 91 mil unidades. A expectativa é de que as vendas voltem a superar a barreira das 100 mil unidades somente em 2020, quando chegariam a 105 mil.

## **Sindipeças propõe revisão do PPE ao governo**

15/09/2015 – Fonte: Automotive Business

O Sindipeças, que representa as fabricantes de autopeças no Brasil, entregou ao Ministério do Trabalho e Emprego uma proposta de revisão do PPE - Programa de Proteção ao Emprego, revelou o assessor jurídico da entidade, Sergio Graf, durante o painel "A evolução das relações trabalhistas", no Workshop Os desafios da Legislação Automotiva, realizado na segunda-feira, 14, por Automotive Business.

"Tivemos a reunião na semana passada e entregamos o pleito que propõe rever alguns itens da Medida Provisória que regulamentou em julho a introdução deste programa no Brasil. Ele nasceu na Alemanha e é aplicado em situações de forte redução da demanda", disse.

São cinco itens destacados pelo Sindipeças: o primeiro diz respeito à revisão do ILE – Indicador Líquido de Empregos – do atual 1% para 5%. O cálculo representa o percentual dado pela diferença entre admissões e desligamentos (conforme o Caged), acumulada nos 12 meses anteriores a adesão ao PPE em relação ao estoque de empregados no primeiro mês de adesão.

Atualmente, a MP regulamenta que se o ILE for igual ou inferior a 1%, a empresa estará apta para participar do PPE, que visa a manutenção dos empregos e, em contrapartida, a redução de jornada e corte proporcional de salários em até 30%.

A proposta também pede a exclusão da obrigação das empresas em esgotarem as férias vencidas ou o banco de horas, assegurando tais direitos ao empregado mesmo após os seis meses de adesão ao PPE, período máximo de vigência conforme a regulamentação.

Hoje, para aderir ao PPE, as empresas devem adotar até a última instância ambas as ferramentas, que podem ser utilizadas em tempos de baixa produção.

Além disso, o Sindipeças sugere que, durante a adesão ao PPE, o programa possa permitir que a empresa contrate pessoas em substituição aos demissionários a fim de atender novas demandas ao longo da permanência no programa, o que atualmente não é permitido.

"Também propomos que o programa seja menos burocrático: o PPE é uma decisão conjunta entre a empresa e o sindicato da categoria ao qual a companhia pertence. Hoje, um comitê precisa avaliar todos os itens de adesão, ou seja, tudo o que já foi acordado entre empregador e empregado."

Por fim, o Sindipeças propões que o programa seja adotado em caráter permanente, uma vez que adesões só serão aceitas até 31 de dezembro de 2015, conforme a MP.

## **Bloco K deve evitar sonegação com detalhamento**

15/09/2015 – Fonte: Automotive Business



Se não houver adiamento, passará a valer em 1º de janeiro de 2016 o Bloco K, o oitavo de nove conjuntos de informações que comporão o Sped Fiscal. Criado para impedir sonegações, ele exigirá bastante das áreas industrial e operacional das empresas:

“Nele terá de constar tudo o que se produz e se usa para produzir”, disse o sócio-consultor da área tributarista e trabalhista da KPMG, Marcus Vinicius Gonçalves, durante o workshop “Os Desafios da Legislação Automotiva 2016”, realizado por **Automotive Business** na segunda-feira, 14, em São Paulo.

Além do grande trabalho que terão para elaborar fichas técnicas de produtos, algumas empresas temem que o Bloco K acabe revelando segredos industriais pelo extremo detalhamento de informações, que vão além do estoque de matéria-prima ou de produtos acabados e incluem fórmula ou composição e itens consumidos.

Com o Bloco K, a Receita Federal terá acesso ao processo produtivo e à movimentação completa de cada item do estoque, possibilitando o cruzamento quantitativo dos saldos apurados eletronicamente pelo Sped com os informados pelas indústrias ou atacadistas pelo inventário.

Com isso, eventuais diferenças entre saldos, se não justificadas, poderão configurar sonegação fiscal. “Terceiros também entregarão o Bloco K, com informações que deverão estar alinhadas às suas”, recorda o sócio-consultor da KPMG, ressaltando que isso aumenta a necessidade de controle de estoque desses fornecedores.

“O cadastramento de itens era algo pouco valorizado, mas agora terá grande importância. Quem não cuidar dele certamente terá problemas”, adverte Gonçalves.

O consultor recorda que deverá aumentar a migração de dados inconsistentes, de cadastros inadequados ou desatualizados e, conseqüentemente, as autuações da Receita Federal.

Além das áreas industrial e operacional, o setor de tecnologia da informação também terá de estar muito afinado com a companhia para evitar parametrização inadequada ou desatualizada e também combater a deficiência na rastreabilidade das informações. Com isso fica mais viável suportar defesas em caso de autuações.

## **Novo Inovar-Auto adequado geraria ganhos de US\$ 32 bilhões**

15/09/2015 – Fonte: Automotive Business



Uma nova política industrial que oriente e sustente o futuro da indústria brasileira automotiva deverá ser desenhada a partir do funcionamento efetivo de seis pilares essenciais para o setor: eficiência energética, rastreabilidade, inspeção veicular, reciclagem, carro conectado e segurança & infoentretenimento, define Paulo Cardamone, diretor da Bright Consulting, no painel Inovar-Auto e a política industrial para o setor, durante o Workshop Os Desafios da Legislação Automotiva 2016, realizado na segunda-feira, 14, por **Automotive Business**.

Os dados mostram que se aplicados conforme a necessidade e implementados da forma mais adequada, tais medidas seriam capazes de gerar faturamento equivalente a US\$ 32 bilhões, e cujos investimentos demandariam algo como US\$ 12,5 bilhões. A economia calculada ficaria em torno de US\$ 38 bilhões, além da geração de cerca de 93 mil empregos.

Em sua apresentação, Cardamone chama a atenção para o fato de que as projeções de vendas de veículos para o futuro próximo no Brasil não podem mais ser tratadas como uma previsão, mas devem ser construídas a partir de uma visão de contexto.

Ele elenca os seis pilares que devem fazer parte da agenda de uma nova política industrial, algo como a continuação do Inovar-Auto para o médio e longo prazo a ser desenvolvida de forma ordenada.

No Brasil, sabe-se da velocidade quase letárgica para pôr em prática soluções inovadoras acerca de tecnologia a fim de melhorar produtos e toda a sua cadeia. A boa notícia é que parte dos pilares apontados por ele não são novidades no contexto global atual – não terá que se reinventar a roda, mas será preciso remoldá-la.

“A rastreabilidade só faz sentido como instrumento de política intrassetorial. O sistema de aferição de conteúdo local não aumenta por si só a competitividade, mas rastrear compras totais locais não permite decisões sobre a cadeia de fornecedores. Além disso, deveria fomentar o processo de consolidação dos tiers 2 e 3, além de que o sistema atual perde o sentido em 2017 em função da OMC”, alega.

Seus dados mostram que um modelo ideal de aplicação para a rastreabilidade deve gerar melhorias significativas para elevar a competitividade, isto a partir da governança de itens como a geração de caixa, produtividade, gestão tributária e financeira, entre outros. Por consequência, tiers 2 e 3 também entrariam no hall competitivo.

Em suma, o estudo aponta para um impacto de US\$ 10 bilhões de faturamento e US\$ 2 bilhões em investimento e como resultado, uma economia de US\$ 15 bilhões.

Para eficiência energética, ele aponta que seriam necessários controles sobre *compliance* das montadoras em 2017, ajustes no programa de etiquetagem, definição dos novos

targets para 2020 e 2025 para veículos leves e utilitários, além de revisão da tributação dos veículos incorporando emissões e melhor definição da matriz energética. Adequando-se a estas necessidades, o consultor calcula faturamento equivalente a US\$ 2 bilhões, além de US\$ 7 bilhões em economias, com investimento de US\$ 500 milhões.

Já para a inspeção veicular, a primeira medida é regulamentar o que falta para sair do papel. "A implementação da inspeção veicular é uma obrigação do governo, tem de ser avaliada como benefício à sociedade e não como uma penalidade para a minoria.

Ela impacta mobilidade, segurança e infraestrutura e vai evitar mais de 20 mil mortes por ano. Deve-se também aproveitar a futura utilização de 'obd' e telemetria na inspeção veicular", aponta. Os cálculos apontam para investimentos de US\$ 5 bilhões com faturamento de US\$ 2 bilhões e uma economia de US\$ 10 bilhões.

A respeito de reciclagem, Cardamone lembra da Lei nº 12.305, de 2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos (logística reversa), mas que não contempla veículos.

Há aspectos críticos que, segundo ele, deverão ser considerados para a legislação de reciclagem de veículos, como a independência dos participantes para evitar a criação de mercados de interesse, as diretrizes que possam assegurar instalações e processos adequados de desmontagem dos veículos, metas específicas para os níveis de reciclagem a serem atingidos por veículo, que ele acredita, deveria ser de 85%, e uma rigorosa legislação relacionada à venda de peças usadas.

Tais medidas trazem à tona o seguinte cálculo: um investimento de US\$ 3 bilhões, aliado a um faturamento de US\$ 8 bilhões, além da geração de 10 mil de empregos e uma economia de US\$ 6 bilhões.

Por fim, questões relacionadas ao carro conectado e direção autônoma, que ditará as tendências do futuro, e a inserção cada vez maior de tecnologias que contemplem segurança e infoentretenimento aliadas a um modelo de cidades adaptadas a estas novas realidades, com infraestrutura inteligente.

"Falta para o setor em si reafirmar sua intenção estratégica. O governo não tem a menor capacidade de fazer isso, a função dele é regular. Cabe a indústria trabalhar em conjunto e levar para o órgão regulador um material pronto a fim de acelerar a velocidade de acontecimento das coisas", finaliza.

## **Daily Minibus elétrico chega ao Brasil para período de testes**

15/09/2015 – Fonte: CIMM

Seguindo a linha de desenvolvimento de tecnologias inovadoras, com o compromisso de uma mobilidade segura, sustentável e eficiente, a Iveco apresenta seu conceito de transporte com energia 100% limpa e renovável:

o Daily Minibus Elétrico. Desenvolvido na Europa, o veículo chega ao Brasil para testes com a equipe de engenharia e inovação da marca. O objetivo é explorar as possibilidades da utilização da energia elétrica na movimentação de passageiros.

Segundo Fábio Nicora, gestor da área de Inovação da Iveco para a América Latina, a ideia é aprimorar o projeto e adequar o modelo para atender as demandas que o mercado necessita.

"O Daily Elétrico já roda em alguns países da Europa, porém, para o Brasil e toda a América Latina, precisamos entender as necessidades do segmento, como também a

utilização do produto, de acordo com as diferenças climáticas e de aplicações dos clientes."

Nicora relembra ainda que o projeto tem a parceria com a Fiat Chrysler Automobiles (FCA), Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

"Como em todo novo projeto, a interação com instituições e seus diversos especialistas cria um ambiente ideal de pesquisa para trabalhar toda as possibilidades da tecnologia, verificando as variáveis de durabilidade, custos, performance e até mesmo a aceitação do mercado", comenta.

### **Daily Elétrico**

O protótipo está equipado com baterias de sódio e níquel FIAMM SONICK Z5, que alimentam um motor elétrico MES-DEA de corrente alternada, tipo assíncrono, trifásico, controlado por um inversor de potência refrigerado a água.

As baterias não exigem manutenção, e também não possuem efeito memória, isto é, não "viciam". Em outras palavras, a carga pode ser feita com qualquer quantidade residual de energia. O tempo de recarga é de até oito horas para cada ciclo – quando estão completamente descarregadas.

Cada uma das baterias é hermeticamente fechada em um invólucro metálico, que isola totalmente a parte ativa do ambiente externo, garantindo a mesma performance, seja com temperatura ambiente elevada ou muito baixa. Ao contrário das outras tecnologias disponíveis no mercado, os componentes da bateria FIAMM SONICK não liberam hidrogênio durante a carga. Além disso, são três vezes mais leves do que o modelo de chumbo-ácido comum, com capacidade similar de armazenamento de energia.

O sistema de tração elétrica desenvolvido pela Iveco é adequado para operações de logística urbana do veículo, permitindo o uso eficiente da energia embarcada, por exemplo, durante a frenagem, quando o sistema funciona como um gerador que converte a energia cinética em energia de tração.

Além disso, o Daily Elétrico poupa sua carga ao desligar a direção assistida, nas ocasiões que o veículo está parado. As luzes se alimentam de um sistema de abastecimento de energia 12 V, disponível em uma bateria paralela.

Com relação à velocidade e ao desempenho, o veículo pode chegar a até 70 km/h, e sua autonomia varia de 90 km a 130 km, com carga energética completa, dependendo do número de baterias e da utilização.

Já quando falamos em performance e potência, com carga plena, e em uma situação de arrancada em rampa, o veículo suporta inclinações de até 18%, atendendo as missões mais comuns das áreas urbanas, como a distribuição de produtos e mercadorias, e o transporte de pessoas.

Seguindo também o padrão de qualidade, segurança e conforto da linha Daily, o carro também está equipado com freios ABS e airbag.

O zelo com a robustez da estrutura, que é o principal destaque da linha Daily no mercado mundial, se mantém o mesmo. Montado sobre o chassi-escada, o equipamento garante rigidez, resistência à fadiga e maior durabilidade do segmento.

Por esse motivo, a Iveco pode oferecer, nas versões furgão e chassi cabine, o peso máximo de 7 toneladas. Na prática, resulta em uma capacidade de carga superior à de muitos veículos da linha de gama média.

A intercomunicação de todos os componentes elétricos acontece com uma unidade de controle dedicado, que é gerenciada por meio de uma rede CAN. Os sistemas auxiliares, como o resfriamento das baterias e da bomba para o Brake Assist, são acionados por motores elétricos, controlados por um conversor 12v DC/DC.

O painel, por sua vez, permite o monitoramento, das condições do sistema elétrico, exibindo informações necessárias para a condução do veículo: estado da carga, tensão, temperatura da bateria e indicações sobre as condições de funcionamento do sistema de propulsão elétrica.

## **Intermach 2015 deve gerar R\$ 180 milhões em negócios**

15/09/2015 – Fonte: CIMM

De 1 a 4 de setembro a cidade de Joinville, SC, recebeu a 10ª Intermach - Feira e Congresso Internacional de Tecnologia, Máquinas, Equipamentos, Automação e Serviços para a Indústria Metalmeccânica.

Durante os quatro dias de feira (1 a 4 de setembro) 22 mil visitantes de nove países e 18 estados brasileiros conferiram os destaques de empresas do Brasil, Alemanha, China, México, Itália e Taiwan, totalizando 300 marcas expositoras.

O balanço foi positivo. Richard Spirandelli, diretor da Messe Brasil, a organizadora da feira, estima que nos próximos 12 meses sejam gerados R\$ 180 milhões de negócios.

Alguns expositores começaram a ter resultados durante o evento. A Panmachine, por exemplo, vendeu dois centros de usinagem e um torno CNC para empresas de Campo Largo (PR), Joinville (SC) e Jaraguá do Sul (SC), além de uma máquina para empresa de Pinhalzinho (SC). Na mesma linha, Rogério Vitalli, diretor do Instituto Avançado de Robótica – I.A.R. retornará para São Paulo com parcerias fechadas na feira.

Outros expositores agendaram visitas em empresas de Joinville, aproveitando a estadia e os contatos efetuados. É o caso da SCHUNK Intec-BR, subsidiária brasileira da multinacional alemã SCHUNK GmbH & Co. KG, líder em competência tecnológica e líder de mercado em tecnologias de fixação e sistemas de garras.

“A Intermach é fundamental para nós e faz parte do nosso calendário de feiras. Todo o ano em que participamos sempre fazemos novos contatos e a partir daí uma série de novos negócios”, conta Roland Berger, representante da Schunk no Brasil.

A Stratasys, líder mundial em impressão 3D, também saiu satisfeita. “Muitas pessoas passaram a nos conhecer aqui e isso amplia nosso leque de opções. Temos vários negócios que podem se concretizar a partir da Intermach”, conta Thiago Ramires, técnico de máquinas. Graças aos contatos realizados na feira, a Stratasys realizou algumas visitas em empresas da cidade catarinense.

Para Spirandelli, isso está relacionado ao nível de visitação: 55% das pessoas que passaram pelo evento possuem cargo de decisão. “A Intermach nos surpreendeu em relação à qualificação dos visitantes. O nível foi aumentando no decorrer dos dias e constatamos a satisfação e o entusiasmo dos expositores com os contatos e negócios fechados na feira”, conta Spirandelli.

Se de um lado está a qualidade dos visitantes, do outro está o nível dos expositores. “É a segunda vez que visito a Intermach e este ano a qualidade dos expositores melhorou. A feira está bem movimentada”, opina Milton Wodonis, da Wodonis Ferramentas.

Em relação aos objetivos dos visitantes, 50% visitou a feira para conhecer novos produtos e 27% para procurar novos fornecedores. “Isso é um dado interessante porque reafirma o fato de as feiras serem importantes ferramentas em épocas de retração na economia, onde os compradores procuram novas alternativas de produtos e fornecedores com objetivo de melhorar a eficiência do processo interno de produção”, afirma Spirandelli.

Elvis Euzébio Cascaes, do Senai de Jaraguá do Sul, destaca as novidades encontradas na feira. “Percebi muitas empresas novas, o que é muito positivo. Apesar da crise, as empresas estão investindo, mostrando seus produtos”.

Inovação foi um dos destaques desta edição e expositores apostaram no mercado da região para apresentar suas novidades. A H.Strattner, empresa já conhecida na área médico-hospitalar, investiu na feira para apresentar sua linha de endoscópio industrial da alemã Karl Storz.

“Já participamos de eventos em São Paulo, mas não tivemos o mesmo número de contatos. Percebemos que o caminho começa aqui no Sul e por isso decidimos vir para a Intermach”, explica Renato Velloso, especialista de produtos da H.Strattner.

Eduardo Haffner, business partner da Zeiss para os estados de Santa Catarina e Paraná compartilha da mesma opinião: “A região de Joinville e Curitiba é hoje o maior polo metalmeccânico do Brasil. Então, inevitavelmente a Intermach é de extrema importância para nós”.

Sobre os setores que visitaram a feira, a Intermach teve forte presença de empresas do segmento automotivo, de eletrodomésticos, engenharia e da indústria plástica. “Destacamos o setor automotivo, pois num raio de 200 km temos várias montadoras que com elas trouxeram a demanda de produtos e serviços”, esclarece Spirandelli.

A 10ª Intermach teve o patrocínio das instituições FIESC e Senai/SC, e apoio oficial da ABIMAQ, ABIMEI, BRDE, UniSociosc e Bolsa de Negócios e Subcontratação de Santa Catarina.

### **Rodada de Negócios**

Paralelamente à Intermach, a 2ª Rodada de Negócios do setor metalmeccânico reuniu 15 âncoras - Altona, ArcelorMittal, Bosch, Ciser, Comil Ônibus, Docol, Fremax, General Motors (SP), Intelbrás, Kavo, Klabin, Schulz, Tupy, Vedamotors e BRDE - para negociar com 93 empresas vendedoras/fornecedoras.

Durante os dois dias de evento (2 e 3 de setembro) foram realizadas 564 reuniões entre âncoras e vendedoras/fornecedoras. A estimativa é de que nos próximos 12 meses sejam gerados R\$ 1,5 milhões de negócios oriundos dos contatos efetuados na rodada.

“ Fizemos os primeiros contatos para prospectar os fornecedores. Depois partiremos para cotações, avaliações e análises de qualidade”, descreve Leandro Rapenning, comprador da Intelbras.

Leonardo Vidigal, da GM do Brasil, veio de São Paulo para participar do evento. “Foi espantoso ver as empresas que nós temos e a gama de oportunidades”, destaca. Para ele, todos os fornecedores com quem se reuniu significam oportunidades de negócios, as quais serão levadas para outras unidades da GM pelo Brasil.

O número de novas empresas contatadas foi destaque para Rodney Ribeiro, comprador da Intelbras. "90% do pessoal que sentou conosco não está na nossa cadeia de fornecimento e isso é bastante válido", aponta.

Na opinião de Anderson Ramos dos Santos, do IEL (Instituto Euvaldo Lodi) - um dos patrocinadores do evento -, quanto mais encontros, mais oportunidades.

"Por isso a rodada prezou pela massificação. Entendemos que muitos fornecedores podem não interessar no momento, mas são potenciais empresas que se apresentam e deixam seus contatos".

Luiz Carlos Novakoski, diretor geral da Borrachas e Plásticos Artbor, ressalta a importância da Rodada de Negócios para sua empresa. "Em uma situação normal levaríamos semanas e até meses para conseguirmos agendar uma entrevista. Na rodada é diferente.

Aqui você sai de uma mesa e vai para outra, em todas abrindo as portas para iniciar o negócio. Daqui você já sai encaminhado, com reunião agendada. Por isso a rodada faz parte do nosso calendário".

Adilson Bertoldi, comprador da Altona, destaca os fornecedores diferentes com quem teve contato. "Tínhamos necessidades, mas não tínhamos os contatos certos. A rodada nos proporcionou esse encontro. Gostei dos negócios que fiz, pois todos foram úteis".

Anália dos Santos, compradora da Vedamotors, também resume positivamente sua participação. "Conseguimos conversar com muitos fornecedores diferentes, na maior parte são possíveis novos contatos."

A Rodada de Negócios foi organizada pela Messe Brasil em parceria com a Bolsa de Negócios e Subcontratação de Santa Catarina - BNS/SC e o IEL.

### **Cintec Mecânica e Automação**

O Cintec 2015 Mecânica e Automação - Congresso de Inovação Tecnológica - encerrou o ciclo de palestras e minicursos com a participação de 450 pessoas.

Foram escolhidos pela comissão organizadora do evento os macrotemas Energia, Eficiência Industrial e Manufatura Classe Mundial, abordados através de palestras ministradas por executivos das empresas: FIESC, Celesc, Weg, Tractebel Energia, Bosch, Whirlpool, Embraer, BRDE, Fiat Chrysler Automobiles, Arcelor Mittal Vega, Tupy e BMW.

Entre as palestras, destaque para a de abertura, proferida por Glaucio José Côrte, presidente da Fiesc, com o tema "Os desafios da indústria no atual momento do mercado brasileiro e mundial", e a de encerramento, por Gerald Degen, responsável pela implantação e operação da nova Fábrica BMW que está sendo construída em Araquari, sobre "Eficiência da produção através da inteligente combinação entre automação e processos manuais".

### **Saiba onde você pagará a CPMF**

15/09/2015 - Fonte: Época Negócios

O ministro Joaquim Levy anunciou nesta segunda-feira (14/09) a recriação da CPMF, o chamado 'imposto do cheque', em meio a uma série de medidas de cortes de gastos públicos e aumento de tributos. A alíquota proposta pelo governo é de 0,2%. A contribuição incidirá sobre as transações financeiras e tem como objetivo arrecadar R\$ 32 bilhões em 2016.

Segundo Levy, a arrecadação da CPMF não será compartilhada com estados e municípios e será usada para reduzir o déficit da previdência social. "CPFM para quê? Para garantir o pagamento das aposentadorias", afirmou o ministro durante coletiva de imprensa realizada nesta tarde em Brasília.

Levy afirmou que a proposta que o governo enviará ao congresso é a lei 9.311 de 1996, que foi aplicada, com algumas alterações, até 2007. O ministro afirmou que a cobrança tem prazo determinado, de cerca de quatro anos. Nas últimas semanas, rumores de que o governo retomaria o tributo ganharam as manchetes.

Para aplicação do imposto, é necessária a aprovação do Congresso Nacional - o que pode se mostrar uma barreira intransponível. "A resistência vai ser grande, ainda mais nesse momento em que o governo está politicamente fraco. Em 2007, por exemplo, nem Lula, no auge de sua força política, conseguiu manter o tributo.

A impressão que tenho é que a CPMF foi colocada como bode expiatório no meio da sala para ver se alguém sugere outra alternativa", diz Roberto Vertamatti, presidente do conselho de administração da Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (Anefac). Para ele, a CPMF é uma contribuição "injusta" e deve prejudicar ainda mais o crescimento da economia.

A CPMF afeta praticamente todas as transações financeiras do dia a dia. "Toda saída de recursos da sua conta - seja pessoa física ou jurídica - terá a contribuição cobrada", afirma Vertamatti.

Abaixo, confira alguns casos nos quais a alíquota é cobrada e quando não se paga a contribuição:

### **HÁ COBRANÇA**

- saques no caixa eletrônico
- pagamento de contas por boleto
- pagamentos pelo cartão de débito
- pagamentos pelo cartão de crédito
- pagamentos feitos com cheque
- Transferências via DOC e TED
- parcelas de financiamentos e empréstimos

### **NÃO HÁ COBRANÇA**

- estorno no caso de lançamentos errados
- saques do FGTS
- saques do PIS/Pasep
- pagamento de seguro-desemprego
- movimentações financeiras das entidades beneficentes de assistência social
- transferência de recursos entre contas correntes de mesma titularidade

## **Preço do aluguel tem queda recorde no país em agosto**

15/09/2015 – Fonte: Exame

O preço médio anunciado para aluguéis de apartamentos em nove cidades do Brasil caiu 1,81% nos últimos 12 meses terminados em agosto, enquanto a inflação calculada pelo IPCA aumentou 9,53% no período, segundo o Índice FipeZap. É a maior queda de preços em 12 meses desde o início da série histórica do índice, que começou a ser calculado em janeiro de 2008.

De acordo com o FipeZap, o preço médio de locação mensal anunciado nas nove cidades em junho foi de 33,04 reais por metro quadrado em agosto. O valor é equivalente a um aluguel de 1.982,40 reais para um imóvel de 60 metros quadrados.

O índice considera apenas os preços médios anunciados em novos contratos de aluguéis das seguintes cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Santos, Porto Alegre, Campinas, Salvador, São Bernardo do Campo e Curitiba. O indicador não mede as variações de custos dos contratos em vigor, que geralmente são reajustados pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), que subiu 7,55% nos 12 meses encerrados em agosto.

O valor médio anunciado para o aluguel das unidades registrou queda de 0,72% no mês passado, enquanto o IPCA subiu 0,22%. A queda mensal também foi a maior registrada desde o início do cálculo do índice. Curitiba, e Rio de Janeiro registraram as maiores quedas de preços médios anunciados para locação no mês, enquanto Campinas e Santos registraram as maiores elevações.

Veja na tabela a seguir a variação dos preços dos aluguéis em agosto, julho e nos últimos 12 meses. A lista foi ordenada de forma decrescente, pela variação em agosto.

<b>Região</b>	<b>Variação agosto</b>	<b>em Variação julho</b>	<b>em Variação nos últimos 12 meses</b>
São Bernardo do Campo	0,73%	0,29%	4,02%
Campinas	0,67%	0,31%	4,43%
Santos	0,39%	0,12%	4,18%
IGP-M	0,28%	0,69%	7,55%
IPCA	0,22%	0,62%	9,53%
Curitiba	-0,10%	-0,11%	-3,98%
Porto Alegre	-0,40%	0,28%	2,02%
Brasília	-0,53%	0,51%	3,93%
São Paulo	-0,60%	-0,76%	-1,13%
Salvador	-0,63%	-0,74%	3,03%
Média (9 cidades)	-0,72%	-0,67%	-1,81%
Rio de Janeiro	-1,48%	-1,49%	-7,72%

Agora veja o preço médio do aluguel por metro quadrado em cada uma das nove cidades monitoradas pelo FipeZap:

<b>Cidade</b>	<b>Preço médio (m<sup>2</sup>)</b>
Rio de Janeiro	R\$ 39,02
São Paulo	R\$ 36,78
Média (9 cidades)	R\$ 33,04
Brasília	R\$ 31,05
Santos	R\$ 27,89
Porto Alegre	R\$ 22,67
Campinas	R\$ 22,58
Salvador	R\$ 21,87
São Bernardo do Campo	R\$ 19,01
Curitiba	R\$ 15,96

## Rentabilidade

Em agosto, o retorno médio obtido por proprietários de imóveis com aluguéis nas nove cidades incluídas no Índice FipeZap de Locação foi de 4,70% ao ano.

A taxa, que calcula os rendimentos com a locação do imóvel em relação ao preço de venda da unidade, serve como parâmetro para verificar a rentabilidade do investimento em imóveis.

No entanto, a renda obtida com aluguéis é apenas uma parte desse investimento, que também inclui a valorização do preço de venda da unidade.

Por conta disso, a rentabilidade dos aluguéis deve ser comparada com o retorno real (acima da inflação) proporcionado por outras aplicações financeiras de renda fixa, como a poupança.

Veja na tabela a seguir o retorno médio dos aluguéis em agosto, o retorno real da poupança e a taxa de juros real. A lista foi ordenada do maior para o menor retorno:

Taxa de juros real*	7,70%
Santos	6,60%
Salvador	5,40%
São Paulo	5,00%
Campinas	5,00%
São Bernardo do Campo	4,80%
Porto Alegre	4,70%
Média (9 cidades)	4,70%
Brasília	4,30%
Rio de Janeiro	4,10%
Curitiba	3,60%
Poupança (rendimento real)*	-0,90%

*\*Para mostrar o retorno dos investimentos acima da inflação, foi usada como referência a taxa de swap Pré x DI (BM&F) de 360 dias descontada da expectativa de inflação para os próximos 12 meses (Banco Central).*

*Os contratos de swap preveem a troca de rentabilidades de diferentes índices. A taxa de swap foi usada pois esse tipo de contrato reflete as expectativas de juros reais para os próximos 12 meses, em vez de mostrar os juros reais passados.*

*Assim, a comparação fica mais compatível com os retornos dos aluguéis, que por serem baseados nos dados de venda e locação de março indicam o rendimento que está por vir, e não o retorno passado.*

## **Firjan diz ninguém está em condições de pagar mais impostos**

15/09/2015 – Fonte: Exame

O Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), formado por cinco organizações - Sesi, Senai, Firjan, Cirj e IEL – informou hoje (14), em nota assinada pelo presidente da entidade, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, que o pacote de medidas anunciado nesta segunda-feira pelo governo apresenta o pecado capital de sempre: não ataca a causa dos desequilíbrios fiscais que vêm deteriorando a confiança das empresas e das famílias do país, e diz que nem a população nem as empresas estão em condições de pagar mais impostos.

“Os problemas do Brasil são estruturais. Há anos gasta-se mais do que se arrecada, criando-se mais impostos para cobrir o buraco das contas públicas. Este é o ponto: não há mais espaço para novos aumentos da carga tributária.

Aliás, elevar impostos em um momento de grave recessão como o que estamos vivendo aprofundará o problema fiscal, simplesmente porque ninguém, nem pessoas nem empresas, têm atualmente condições de pagar mais tributos. Prova disso é que a arrecadação está em queda a despeito dos inúmeros aumentos de alíquotas anunciados recentemente”, diz a nota.

Gouvêa Vieira disse ainda que como se não bastasse a ampla bateria de mais impostos, o governo anunciou que vai abocanhar quase um terço do orçamento do Sistema S, uma medida que ameaça inviabilizar o Senai, o Sesi e outras instituições fundamentais à formação de trabalhadores qualificados e, portanto, ao desenvolvimento do país.

“O Sistema Firjan tem defendido de forma insistente um ajuste fiscal com visão de longo prazo, baseado em metas anuais de redução de gastos correntes, programa ousado de venda de ativos em lugar do aumento de impostos e a adoção de uma regra segundo a qual as despesas não podem crescer mais do que o PIB”, argumentou.

O presidente do Sistema Firjan disse ainda que “só dessa forma o Brasil poderá realmente aspirar sair da crise econômica e política de maneira sustentada, e não com uma panaceia de medidas conjunturais. Lamentavelmente, o país perde mais uma oportunidade de retomar o rumo do crescimento, e de construir uma aliança de toda a sociedade brasileira”, afirma na nota.

## **Redução de custos e aumento da performance são apostas da Thyssenkrupp para mineração**

15/09/2015 – Fonte: Fator Brasil

Lançamentos da empresa para o setor serão apresentados na Expositram 2015 e contará com a presença de especialistas internacionais.

Soluções inovadoras que reduzem custos e aumentam a performance em minas, além de aplicações para novos mercados são o foco da ThyssenKrupp na Expositram 2015 – Exposição Internacional de Mineração –, que será realizada de 14 a 17 de setembro(segunda quinta-feira), em Belo Horizonte (MG).

Durante o evento, considerado o maior do setor de mineração da América Latina com 500 expositores e mais de 50 mil visitantes, a empresa lançará soluções para o desenvolvimento de plantas e sistemas de mineração e fará apresentações técnicas.

No dia 16 de setembro, às 18 horas (Sala 9 – Foyer), a ThyssenKrupp levará para a feira a apresentação de especialistas internacionais da empresa com três temas: . Novas tecnologias para sistemas contínuos de mineração.

O caminho certo para melhorar a performance e reduzir custos, com apresentação do Dipl.-Ing Branislav Lalik, gerente de vendas da Resource Technologies na Alemanha;

. Equipamentos de Processos, que abordará a nova gama de Standard Machines (britadores e peneiras) destinada a mineradoras de pequeno e médio porte e ao setor de construção, apresentada pelo Dr.-Ing. James Varela, gestor de projetos da Resource Technologies no Brasil e Norbert Homann, gerente de vendas na Alemanha;

. Inovações, com o Dr.-Ing. Roland Obretinow, gerente técnico da Resource Technologies no Canadá, que apresentará três soluções: o Skip Conveyor, sistema patenteado de

transporte de minério baseado em um conjunto de caçambas (skips) tracionadas por guinchos eletromecânicos, que operam a uma inclinação de até 75 graus entre a base e o topo da mina, reduzindo o uso de caminhões; as Recuperadoras de Rodas de Caçambas Bilabiais do tipo Ponte, que eliminam o tempo de intervenção no equipamento e aumentam a sua disponibilidade operacional, já que não precisa reverter a caçamba - um processo que pode durar até 6 horas; e a Recuperadora de Arraste do tipo Portal, mais flexível, que é capaz de recuperar minério de ferro em diferentes pilhas no mesmo pátio (a nova tecnologia, em fase conceitual de projeto).

**Destaque com lançamento do Skip Conveyor** —O Skip Conveyor é a mais nova tecnologia voltada para a redução do uso de caminhões no transporte de minério em minas a céu aberto.

Tradicionalmente, o transporte de minério é realizado por caminhões com capacidade de carga de 30 a 400 toneladas a uma velocidade média de 15 a 20 km/h, em grande parte por vias não pavimentadas e sinuosas com inclinações de até 9% até o topo da mina.

Nesse caso, os caminhões totalmente carregados dirigem-se para a planta de britagem no topo ou área de deposição fora da cava. Após a descarga, os caminhões vazios voltam para frente da lavra por outra via, um ciclo que pode durar em média entre 20 e 40 minutos.

Para evitar esse processo, a ThyssenKrupp desenvolveu o Skip Conveyor, um sistema patenteado de transporte de minério baseado em um conjunto de caçambas tracionadas por guinchos eletromecânicos, que operam a uma inclinação de até 75 graus entre a base e o topo da mina. Além de reduzir o uso de caminhões, o Skip Conveyor apresenta outras vantagens: . Capacidade de transporte: duas caçambas (skip) transportam 136 toneladas de minério/estéril, enquanto que no método tradicional podem ser necessários em média sete caminhões para transportar a mesma carga, dependendo da distância de transporte;

- . Como um elevador de carga, uma caçamba (skip) carregada sobe ao topo, enquanto a vazia desce simultaneamente para a região de carregamento;

- . Em aproximadamente 25 segundos, o material é descarregado da caçamba diretamente no britador. Enquanto isso ocorre, a segunda caçamba já está sendo abastecida na parte inferior da mina;

- . Redução de até 29.000 kg de emissões de CO<sub>2</sub> por dia em comparação ao sistema de transporte tradicional realizado por caminhões (considerando uma mina a céu aberto - 2.000 t/h de minério, nível da mina 0 a 200 m).

**Legado para a mineração brasileira** —Desenvolvendo negócios no setor de mineração brasileiro desde a década de 70, a ThyssenKrupp também mantém uma longa história de pioneirismo na fabricação e recuperação de rolamentos de grande porte, sendo uma das únicas empresas do mundo capazes de produzir um rolamento customizado com até 8.000 mm de diâmetro, utilizado em recuperadora de minério, retomadoras de pátio e outras aplicações.

Um de seus projetos referência no setor foi feito em uma planta da ArcelorMittal: um rolamento especial de 5.000 mm instalado em uma recuperadora de minério.

Os rolamentos da ThyssenKrupp se destacam pelo tempo de vida útil: alguns instalados no Brasil há mais de 40 anos ainda estão em pleno uso. A empresa também desenvolve projetos customizados de acordo com o tempo de vida útil desejado para a planta.

**O novo Service Center em Minas Gerais** —A ThyssenKrupp desenvolveu um centro de serviços próximo aos seus clientes, no distrito industrial de Santa Luzia (MG). Em uma área de mais de 20 mil metros quadrados, o Service Center é o mais avançado projeto

dedicado à modernização e renovação de equipamentos de processamento para a indústria de cimento, mineração e energia, além de prover a manutenção e suporte ininterruptos.

O local contará com uma oficina de alta tecnologia especializada no tratamento de peças de grande porte e complexas para as principais atividades da mineração – equipamentos de processo e manuseio – e para outros segmentos da indústria.

Também serão realizadas inspeções de plantas e pacotes completos de serviços de manutenção, que incluem reparos no local, gestão de parada, alterações, otimização e atualizações de máquinas, bem como logística de transporte.

A ThyssenKrupp é um grupo industrial diversificado com ampla e tradicional experiência na área de materiais e um crescimento constante na área de bens de capital e serviços. Visando sempre o progresso sustentável, a empresa conta com mais de 155.000 colaboradores, em cerca de 80 países, que atuam no desenvolvimento de produtos de alta qualidade tecnológica, bem como em processos e serviços inteligentes para a indústria.

No ano fiscal de 2013/2014, a ThyssenKrupp obteve o faturamento global de aproximadamente 41 bilhões de euros.

Desenvolvendo negócios no Brasil desde 1837, a ThyssenKrupp emprega atualmente mais de 12 mil colaboradores em todas as regiões do país nos segmentos de siderurgia, automotivo, energia, infraestrutura, mineração, cimento, construção civil, química, petroquímica e defesa. O Brasil é uma das prioridades do grupo e contabilizou, no ano fiscal de 2013/2014, a receita de R\$ 9 bilhões.

Em 2015, a ThyssenKrupp foi considerada pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology) como uma das 50 empresas mais inteligentes do mundo. Esta posição é um reconhecimento às inovações criadas pela empresa e ao fornecimento de soluções significativas para os desafios da urbanização global.

<https://engineered.thyssenkrupp.com/en>].

## **Mineração segue como protagonista da economia**

15/09/2015 – Fonte: Hoje em Dia

A mineração enfrenta um cenário de curto e médio prazo desafiadores, mas continua como protagonista das exportações mineiras e engrenagem principal da economia estadual, o que é representado pelo volume de investimentos em novos negócios.

Segundo dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, a mineração mostra que continua a ser o motor do Produto Interno Bruto (PIB), tendo em vista as exportações do setor. Até 2016 haverá um aporte de R\$ 50 bilhões que proporcionarão a abertura de 20 mil postos diretos de emprego em várias regiões do Estado.

Esse número pode ser ainda maior, já que estudos realizados pela Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia, mostram que o efeito multiplicador de empregos é de 1:13 no setor mineral. Para cada posto de trabalho na mineração são criadas 13 outras vagas (empregos diretos) ao longo da cadeia produtiva.

O subsecretário de Política Mineral e Energética de Minas Gerais, José Guilherme Ramos, informou que cerca de R\$ 15 bilhões serão alocados pela indústria extrativa na área de

fertilizantes no Triângulo Mineiro, e o restante em projetos de expansão de minas de ferro. "É inquestionável que o setor é um alicerce da economia do Estado. Foi, inclusive, o único da indústria estadual que registrou crescimento do PIB no segundo trimestre", afirmou.

#### Minas e o minério

O minério de ferro representou de janeiro a agosto deste ano 27% das vendas externas do Estado, alcançando a cifra de US\$ 4,1 bilhões.

Os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior revelam que o volume de minério exportado pelo Estado aumentou em 3,7% este ano, ao atingir 116 milhões de toneladas.

O volume de minério exportado é um recorde para o período, mesmo sem o retorno financeiro dos anos anteriores.

Os representantes da indústria mineral, autoridades e analistas de mineração se reúnem da próxima segunda-feira (14) até o dia 17 de setembro na 16ª edição da Exposibram, evento que compreende a Exposição Internacional de Mineração e o Congresso Brasileiro de Mineração, que é realizado no Expominas, na Gameleira, em Belo Horizonte.

#### PONTO A PONTO

##### EXPOSITORES

Nesta 16ª edição, a Exposibram reúne cerca de 400 expositores que irão apresentar as mais avançadas tecnologias e equipamentos de ponta direcionados à Indústria Mineral. Serão 500 estandes distribuídos nos 15 mil metros quadrados destinados para a feira.

##### PAÍSES PARTICIPANTES

Ao todo, 25 países participarão: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Escócia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Índia, Inglaterra, Itália, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Peru, Rússia, Suécia e Suíça. A Exposibram irá contar ainda com vários pavilhões internacionais: África do Sul, Ontário, Canadá, Alemanha, Austrália, China e Estados Unidos.

##### ESTRUTURA

A montagem acontece de 6 a 13 de setembro e envolve o trabalho de 4 mil profissionais de diversas áreas e uma superestrutura com 300 toneladas de equipamentos de grande porte.

##### FORÇA DE TRABALHO

Durante os quatro dias de Exposibram, 1,5 mil pessoas estarão trabalhando diariamente para manter o evento funcionando. Entre expositores e equipes, mais de 7 mil profissionais foram cadastrados para atuar na Montagem, realização do evento e desmontagem.

#### **Editorial: Exemplo a ser imitado**

15/09/2015 – Fonte: Hoje em Dia

A tonelada do minério de ferro, principal item na pauta de exportações brasileiras, chegou a ser vendida a U\$ 180 dólares e hoje alcança menos de um terço desse valor. Na perspectiva brasileira esta talvez seja a face mais visível - e dolorosa - da retração nas atividades econômicas globais, além de ponto focal das discussões que acontecerão durante o Congresso Brasileiro de Mineração, a ser realizado em Belo Horizonte a partir do próximo dia 14.

"Estamos vivendo a mais grave crise da história e se não nos prepararmos não será possível superá-la", diz o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), José Fernando Coura, responsável pela organização do evento e, simultaneamente, da Exposição Internacional de Mineração.

Apesar das dificuldades, Coura prefere ser otimista. "Crises existem, passam e nós continuamos." O potencial de demanda no mercado de produtos minerais, em contínua expansão, ainda é a melhor aposta, desde que compreendido o contexto e houver uma crença consistente na inovação, não por acaso o tema central do Congresso, focado nos desafios, tendências e oportunidades no setor nas próximas décadas, consideradas todas as etapas do processo produtivo e a escala completa do negócio. Debates que, mais amplamente, abrangerão investimentos em equipamentos e maquinários mais eficientes, governança, controle ambiental e sustentabilidade.

A postura do Instituto Brasileiro de Mineração, bem traduzida nas colocações de seu presidente, enquanto focada no tema que lhe é mais próximo, é de enorme relevância para Minas Gerais, que tem no setor um dos pontos de sustentação de sua economia.

E deve ser vista, compreendida e, sobretudo, imitada num sentido mais amplo, tendo em conta os problemas que o País enfrenta presentemente nos campos político e econômico. São dificuldades já assinaladas na sua devida dimensão, mas pessimismo e imobilidade ainda assim não são a melhor atitude, menos ainda a omissão.

Coura ensina que é preciso acreditar e que é possível acreditar. O roteiro traçado para o setor minerário, na compreensão de que inovação leva à eficiência e está associada à visão social e à ética, evidentemente pode ser tomado num sentido mais amplo, adequado tanto ao ambiente dos negócios quanto à esfera pública. Da mesma forma que a postura proativa em que não pode haver espaços para pessimismo, para a derrota antecipada, sem luta.

São reflexões fundamentais - além de diferenciadas - para o momento que o País atravessa. Em síntese, mais otimismo e mais ação são ingredientes fundamentais para uma receita de sucesso, no reconhecimento, como disse Coura, de que nos compete sermos sujeitos do momento e lutarmos pelo nosso País.

## **Mercedes reitera crise no país**

15/09/2015 – Fonte: Canal Indústria Automotiva

Após a subsidiária brasileira da Mercedes-Benz demonstrar apreensão quanto aos rumos do País, o chefe da área de caminhões do grupo Daimler afirmou que espera uma "crise prolongada" no Brasil.

"Não espero uma recuperação significativa nos próximos anos", disse Wolfgang Bernhard, em pronunciamento no fim da última quinta-feira (10).

Ainda na semana passada, o presidente da Mercedes no Brasil, Philipp Schiemer, afirmou que a divisão de veículos comerciais da marca trabalha com uma ociosidade de 40%, hoje, no País. "O Brasil precisa recuperar a credibilidade", disse. A perspectiva do setor é de uma queda dos emplacamentos, em 2015, de quase 50%.

Schiemer destacou que o País precisa de estabilidade para que os empresários tomem a decisão de investir. "Senão a recuperação pode vir somente em 2018", avaliou.

## Os desafios para sair da crise

15/09/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

O Brasil enfrenta uma grave crise econômica, refletida no recente rebaixamento de sua nota de crédito. A progressiva desaceleração da economia nos últimos quatro anos se transformou em uma profunda recessão.

Desde 2011, interrompeu-se a redução na desigualdade de renda e a melhoria na qualidade de vida das famílias mais pobres, observadas durante a década de 2000. A piora da economia ameaça reverter os avanços sociais dos últimos 20 anos.

A crise econômica tem como contraparte a crise política. Diversos projetos aprovados no Congresso minaram o ajuste fiscal. Os severos problemas financeiros e criminais nas empresas estatais adicionam injúria ao grave momento do País.

Para além dos problemas fiscais de curto prazo, agravados pela gestão da política econômica nos últimos anos, o Brasil tem um problema estrutural de crescimento das despesas públicas e de estagnação da produtividade. Se essas questões não forem resolvidas, não haverá como retomar o crescimento em bases sustentáveis.

Os problemas que o Brasil enfrenta hoje decorrem da incapacidade do País em reconhecer seus limites e de fazer escolhas, buscando acomodar as demandas dos diferentes grupos sociais que, quando agregadas, ultrapassam os recursos públicos disponíveis.

Agravando o quadro, as regras existentes conduzem a um crescimento das despesas públicas maior que o crescimento da renda nacional no longo prazo.

A questão central para o País não é um eventual ajuste fiscal de curto prazo. Se a trajetória de aumento das despesas não for revertida e a produtividade não aumentar, teremos uma economia com baixo crescimento, recorrente pressão inflacionária, juros elevados e a necessidade de aumento contínuo da carga tributária para evitar a insolvência no pagamento da dívida pública. Essa trajetória é insustentável.

Este artigo propõe medidas voltadas para a superação do impasse econômico, estando organizado em dois blocos: sustentabilidade fiscal e aumento da produtividade.

### 1. Sustentabilidade fiscal

A crise fiscal não é recente nem passageira. Desde 1991, as despesas públicas têm crescido mais do que o PIB, passando de 11% para 19% do PIB em 2014, sendo que mais de dois terços desse crescimento deveu-se ao aumento das despesas da previdência e assistência social (gráfico 1).

Essa trajetória é agravada pelo aumento, em períodos de crescimento econômico, de despesas vinculadas à receita, como saúde e educação, que não podem ser ajustadas em períodos de desaceleração. O mesmo ocorre com os gastos com pessoal: a contratação de funcionários e os aumentos de salários em períodos de expansão não têm como contrapartida a sua redução em momentos de crise. Atualmente, cerca de 90% do Orçamento federal não pode ser ajustado em decorrência de restrições legais.

A situação é semelhante nos Estados e municípios. De cada R\$ 100,00 arrecadados de ICMS em um Estado típico, R\$ 62,50 já estão vinculados a alguma despesa e, do que resta, a maior parte destina-se a despesas de pessoal.

O ajuste das contas públicas em períodos de retração econômica acaba inevitavelmente sendo feito por aumento de tributos e corte dos investimentos. De 1991 a 2014, a carga

tributária brasileira passou de 24% para 34% do PIB, sendo entre 5 a 15 pontos percentuais superior à da maioria dos países emergentes.

Na década de 2000, a arrecadação tributária teve um crescimento excepcional, sobretudo em decorrência da alta do preço das commodities e do processo de formalização do mercado de trabalho, o que permitiu acomodar a expansão das despesas. Esse ciclo, porém, encerrou-se.

Parte do aumento das despesas nos últimos anos beneficiou a população de menor renda, como é o caso do Bolsa Família e da universalização do acesso à educação fundamental. Porém, muitos dos benefícios concedidos pelo setor público, e ampliados nos últimos anos são destinados a grupos com renda entre os 10% mais ricos, agravando a desigualdade em vez de reduzi-la, além de serem insustentáveis no longo prazo.

Esse é o caso das aposentadorias precoces para pessoas com pouco mais de 50 anos, que beneficia a classe média alta urbana, e do crédito subsidiado a empresas selecionadas. Gasta-se com benefícios individuais e relegam-se as políticas que geram benefício coletivo, como é o caso do investimento em infraestrutura, que não ultrapassa 2% do PIB.

O ajuste das contas públicas requer que a sua gestão seja compatível com o crescimento do País, com um nível aceitável para a carga tributária e a sustentabilidade da relação dívida/PIB, o que implica: (i) reduzir a rigidez e o caráter pró-cíclico das despesas públicas; (ii) rever as regras de concessão de benefícios previdenciários e assistenciais; (iii) reforçar as regras e instituições de responsabilidade fiscal.

Redução da rigidez e do caráter pró-cíclico do gasto. As regras de vinculação do gasto devem ser reformuladas de modo a permitir que parte das receitas auferidas em períodos de crescimento seja poupada para financiar as despesas nos momentos de retração.

As vinculações de receita poderiam ser calculadas tendo por base a receita média de vários anos, permitindo diluir as flutuações cíclicas, ou, ainda, substituídas por um critério de valor mínimo, como o gasto do ano anterior, corrigido pela inflação.

A meta de resultado primário para a União deveria ser ajustada pelo ciclo econômico, enquanto, para Estados e municípios, deveria ser exigida uma amortização maior da dívida na fase de crescimento, de forma a permitir o aumento da dívida em períodos de desaceleração.

Previdência e assistência. As despesas com benefícios previdenciários e assistenciais correspondem a mais da metade das despesas primárias federais, com uma trajetória de crescimento insustentável nos próximos anos, em decorrência do envelhecimento da população e do aumento real do salário mínimo.

Para reverter essa trajetória é preciso, em primeiro lugar, substituir progressivamente o atual regime de aposentadoria por tempo de contribuição (no qual os homens se aposentam em média com 55 anos e as mulheres, com 52 anos) por um regime em que se exija uma idade mínima de aposentadoria, a exemplo do que fazem os demais países.

Em segundo lugar, é preciso completar a mudança do regime de pensões por morte, iniciada este ano, estabelecendo que as pensões devem ser reduzidas à medida que diminua o número de pessoas dependentes da pensão, seguindo o padrão internacional.

Por fim, deve-se estabelecer uma distinção entre os benefícios previdenciários - cujo valor deve ser proporcional às contribuições realizadas - e os assistenciais, que devem ser desvinculados do salário mínimo e concedidos para pessoas com idade mais elevada que a

da aposentadoria por contribuição. Não se deve conceder benefícios assistenciais equivalentes ou melhores que os benefícios previdenciários, sob pena de desestimular a contribuição.

O Brasil pode garantir renda mínima aos idosos, incluindo quem não pode contribuir para a previdência, mas não deve conceder benefícios assistenciais cujo custo é insustentável no longo prazo. Não se trata de revogar direitos adquiridos nem de fazer uma transição precipitada, mas sim de corrigir distorções que têm um elevado custo fiscal.

Regras e instituições de responsabilidade fiscal. Depois de 15 anos da sua promulgação, ainda não foram regulamentados ou postos em prática dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como, por exemplo, o art. 17, que estabelece a exigência de fontes de financiamento adequadas como condição à criação de novas despesas obrigatórias de caráter continuado.

Nos últimos anos, diversas medidas com impacto fiscal no longo prazo foram tomadas sem a contrapartida de recursos - como, por exemplo, a aprovação pelo Congresso da regra 85/95 para a previdência ou a ampliação de créditos do BNDES, cujos subsídios deverão custar R\$ 184 bilhões ao Tesouro nas próximas décadas.

Deve-se, igualmente, implantar o Conselho de Gestão Fiscal (CGF) com um número menor de conselheiros que o previsto na LRF, para torná-lo operacional. O CGF tem como objetivo padronizar os critérios de contabilidade pública para os diversos entes da Federação.

Se já estivesse em funcionamento, teria evitado diversas manobras contábeis que distorceram a análise das contas públicas, tanto da União (como no uso de bancos públicos para financiar o Tesouro), quanto dos Estados e municípios (via ocultação de despesa de pessoal ou cálculos criativos do resultado primário).

Cabe rever a legislação que regula o processo orçamentário, hoje consolidada na Lei n.º 4.320/1964, aperfeiçoando, sobretudo, os métodos de estimação da receita, usualmente superestimada, e das regras de execução da despesa - geradora recorrente de crescentes restos a pagar. Adicionalmente, deve-se criar uma entidade fiscal independente - como existe em vários países - com a atribuição de fazer projeções de receitas, despesas e dívida pública, e avaliar tanto a consistência fiscal do orçamento, quanto das políticas públicas que exijam elevados gastos por muitos anos.

Os limites de despesa de pessoal e endividamento para Estados e municípios deveriam ser revistos, de modo a torná-los mais compatíveis com a trajetória de longo prazo das contas públicas, e menos determinados pelo comportamento de curto prazo da arrecadação.

Além disso, deveria ser instituído um limite para o endividamento da União.

Por fim, caberia regulamentar o direito de greve no setor público, previsto na Constituição. A estabilidade no emprego e a não responsabilização por greves abusivas ou pela interrupção inclusive de serviços essenciais tem resultado em longas e sucessivas paralisações, permitindo aumentos reais de remuneração incompatíveis com a realidade fiscal e com as remunerações praticadas no setor privado e em países com grau semelhante de desenvolvimento.

## 2. Aumento de Produtividade

A produtividade da economia brasileira estagnou após 2010, depois de uma década com crescimento semelhante ao observado nas principais economias. O pior desempenho externo contribuiu para a nossa desaceleração.

Entretanto, o retrocesso observado no Brasil, significativamente maior do que nos demais emergentes, decorre igualmente de causas domésticas. A complexidade do sistema tributário - caracterizado pela multiplicidade de regras e benefícios concedidos discricionariamente - resulta em uma organização ineficiente da produção, em alto custo de cumprimento da lei para as empresas e em impressionante volume de litígio tributário.

O crescimento também vem sendo prejudicado por políticas de proteção setorial, favorecendo empresas ou setores selecionados, quase sempre sem metas de desempenho, e escassa avaliação do custo de oportunidade dos recursos alocados. Esses benefícios - como a concessão de empréstimos subsidiados, reserva de mercado e incentivos tributários - destinam recursos a setores ineficientes ou que não precisam de proteção pública, prejudicando a produtividade dos setores à frente na cadeia produtiva. As regras de conteúdo nacional que protegem a indústria naval, por exemplo, implicam maiores custos para a produção de petróleo.

As políticas de proteção setorial podem ser eficazes em casos específicos, desde que resultem em ganhos sustentáveis de produtividade, e não apenas permitam a sobrevivência de empresas ineficientes.

O excesso de regulação e os elevados custos de contratação e demissão de trabalhadores induzem uma organização pouco eficiente das empresas e prejudicam a produtividade. Paradoxalmente, a legislação e o ativismo do judiciário, que têm a intenção de proteger o trabalhador, terminam por prejudicar a geração de empregos de maior qualidade e estimular o comportamento oportunista, de empresas e trabalhadores, que resulta em informalidade, alta rotatividade e baixa produtividade.

A produtividade do trabalho é, adicionalmente, prejudicada pela baixa qualidade da educação. O gasto do governo federal em educação cresceu 285% acima da inflação entre 2004 e 2014, mas não foi acompanhado pelo aumento dos indicadores de aprendizado, o que sugere a necessidade de melhora na gestão e na disseminação das melhores práticas de ensino.

Por fim, o crescimento da produtividade é prejudicado pela infraestrutura deficiente e onerosa para seus usuários. Os problemas decorrem do baixo investimento público, da falta de planejamento adequado, assim como da regulação ineficaz, caracterizada por agências reguladoras enfraquecidas e sem governança adequada que permita uma negociação mais eficaz dos conflitos e maior previsibilidade para a execução dos projetos.

A agenda para a melhora da produtividade é extensa. Neste artigo, concentramo-nos em três linhas de ação: (i) transparência e governança, (ii) competição, e (iii) simplificação e isonomia.

Transparência e governança. As deficiências de governança e a falta de transparência do poder público contribuem para a ineficiência do País, além de aumentar o custo das políticas públicas. Para superar essas deficiências, sugerimos um conjunto de iniciativas.

Em primeiro lugar, toda política pública deveria estar submetida à avaliação de resultados, que ampliaria o debate democrático sobre suas prioridades e seus custos, e deveria ser extensiva a todos os destinos de recursos públicos: programas previstos no Orçamento, benefícios tributários, concessão de créditos subsidiados por bancos públicos e políticas de proteção setorial.

O debate democrático, fortalecido por análises sobre os custos envolvidos, os grupos beneficiados e o impacto social e econômico das políticas públicas, colaboraria para a escolha das políticas a serem mantidas e as que devem ser reformuladas.

Essa análise deve incluir os impactos sobre os demais setores produtivos e o eventual uso alternativo dos recursos públicos. As políticas devem possuir metas claras de desempenho e avaliação de resultados transparentes, de preferência por instituições que sejam independentes do gestor público responsável pela sua execução.

No caso de políticas de proteção setorial, regras críveis devem garantir a progressiva redução da proteção, seja porque a política foi bem-sucedida, e a proteção não é mais necessária, seja pelo seu fracasso, o que significa que o País pode se tornar mais rico se deixar a livre alocação de mercado destinar os recursos para outros setores.

Em segundo lugar, é preciso rever a estrutura de governança das empresas estatais, que têm sido utilizadas como instrumentos de intervenção discricionária. A criação de um marco legal e a adoção de padrões de governança que explicitem o custo de ações específicas e os limites da atuação das empresas estatais seria uma importante contribuição para a melhoria do ambiente de negócios no País.

Além disso, devem ser definidos critérios mais restritos para a composição da diretoria e do conselho de administração. Não deveria ser permitida a indicação de ministros ou secretários de governo como conselheiros, mesmo no caso de vagas cabíveis ao acionista controlador (Estado), em decorrência de possíveis conflitos de interesse.

Como princípio geral, a Lei das S/A (Lei 6.404 de 1976) deveria ser fortalecida para as empresas controladas pelo Estado. No entanto, vários dos projetos de lei em discussão sobre o tema tentam criar um marco detalhado, sobrepondo-se à Lei das S/A e gerando insegurança jurídica pelo eventual conflito de dispositivos das diferentes leis.

De modo semelhante, deve-se rever a governança dos fundos de previdência de servidores públicos e de funcionários de estatais, limitando-se a indicação de conselheiros e dirigentes por parte do governo.

Deve-se ressaltar que, nesses casos, não se trata de recursos públicos, mas sim dos participantes, e que, portanto, não deveriam ser aplicados com outros objetivos que não o de garantir um retorno seguro para os beneficiários.

Em terceiro lugar, deve-se fortalecer a governança das agências reguladoras, reforçando a segurança jurídica e a adoção de políticas com objetivos de longo prazo, protegendo-as dos interesses oportunistas. Quanto maior a segurança sobre o ambiente regulatório, menor o prêmio de risco requerido e menor o custo do investimento para a sociedade.

Os diretores das agências devem ser independentes e qualificados tecnicamente. Contratos de gestão, com metas de desempenho, que reflitam as prioridades da política pública, permitem a avaliação dos resultados e a substituição dos diretores em caso de fracasso.

Por fim, deve-se melhorar a transparência e a governança de entidades públicas e quase públicas, que operam com recursos compulsoriamente arrecadados da sociedade, como o FGTS, o FAT e o Sistema S, além dos sindicatos de trabalhadores e patronais, que atualmente não são obrigados a publicar balanços sobre a utilização dos recursos recebidos.

A abertura dos dados sobre o montante de recursos recebidos, os programas em que são alocados e os resultados obtidos colaborariam para o debate sobre a sua eficácia e a deliberação democrática sobre a utilização dos recursos da sociedade.

Competição. Existe uma vasta literatura acadêmica documentando a relevância de um ambiente favorável à competição para o crescimento da produtividade. No caso do Brasil,

diversos trabalhos estimam o efeito positivo da abertura comercial dos anos 90 sobre o aumento da produtividade, assim como o impacto negativo das políticas de proteção adotadas desde meados da década passada.

É preciso abrir mais a economia, se possível no âmbito de acordos bilaterais ou multilaterais. A redução de tarifas de importação pode ser feita de forma progressiva, permitindo-se o ajuste das empresas locais. Isso permitiria o maior acesso a insumos e bens de capital mais eficientes, aumentando a produtividade, estimulando o aumento do investimento e a expansão da produção.

Deve-se, igualmente, rever toda a estrutura de reservas de mercado, que prejudicam a concorrência e a expansão da produção. A não ser em situações excepcionais, e que precisam ser demonstradas, a proteção a empresas domésticas - como a obrigatoriedade de a Petrobrás ser operadora única e ter participação mínima de 30% nos campos do pré-sal e a preferência concedida a empresas nacionais nas licitações públicas - tem impactos negativos sobre os preços e a produtividade, beneficiando apenas grupos específicos, em detrimento do interesse geral.

Simplificação e isonomia. A complexidade, ineficiência e ambiguidade do sistema tributário brasileiro têm consequências negativas sobre a produtividade e o crescimento. As regras existentes permitem que empresas ou produtos semelhantes sejam tributados desigualmente, induzindo uma organização ineficiente do setor produtivo.

Além disso, a multiplicidade de regras coexiste com incerteza sobre as regras aplicáveis, resultando em imenso contencioso tributário e em elevado custo de observância da lei pelas empresas. Daí a necessidade de se buscar simplificação e isonomia, sendo propostas três mudanças nessa direção.

A primeira diz respeito à tributação de bens e serviços. A maioria dos países adota um único imposto sobre o valor adicionado (IVA), com base ampla, uma ou poucas alíquotas e possibilidade de dedução do imposto incidente em todas as aquisições das empresas.

Já o Brasil possui uma multiplicidade de tributos (ICMS, IPI, PIS/Cofins e ISS), com bases fragmentadas, legislação complexa, restrições ao crédito tributário e uma profusão de alíquotas e regimes especiais.

Deve-se ter como meta simplificar e aproximar os tributos sobre bens e serviços do modelo do IVA, substituindo os atuais por um ou, no máximo, dois tributos sobre o valor adicionado (um federal e outro subnacional, cobrado no destino), além de um tributo seletivo (sobre fumo, bebidas etc.).

As propostas do Governo Federal de reforma do PIS/Cofins e de disciplinamento da guerra fiscal dos Estados apontam na direção correta, mas são tímidas frente aos desafios da melhora da tributação indireta no país.

Um segundo foco de atenção são os vários regimes simplificados de tributação, como o Lucro Presumido e o Simples. Esses regimes geram distorções importantes, decorrentes da base inadequada de tributação (o faturamento), do alto limite de enquadramento (cerca de US\$ 1 milhão por ano no Simples, contra um valor entre US\$ 50 mil e US\$ 150 mil nos demais países), e do enorme diferencial de tributação relativamente às grandes empresas. A consequência é um sistema que estimula a abertura de pequenos negócios, mas impede o seu crescimento.

É preciso rever completamente o modelo de tributação simplificada no Brasil, e não apenas fazer ajustes no Simples. Não se trata de aumentar o custo tributário dos negócios efetivamente pequenos, mas sim de criar um modelo que trate de forma

semelhante os semelhantes, que estimule a formalização do trabalho qualquer que seja o porte da empresa, e que favoreça o crescimento das empresas.

Por fim, deve-se rever a distorção na tributação da renda pessoal decorrente da forma como é recebida. Isto ocorre, por exemplo, na distribuição de lucros pelas empresas do Simples e do Lucro Presumido, que são isentos na pessoa física.

A tabela 3 mostra como os regimes simplificados podem gerar enormes distorções na tributação da remuneração de um profissional, a qual pode variar de 40% do rendimento para um trabalhador formal a menos de 10% para o sócio de uma empresa do Simples.

Medidas que estabeleçam a isonomia na tributação, além de socialmente justas, contribuiriam para reduzir as distorções decorrentes da multiplicidade de regimes tributários. Deve-se, no entanto, evitar tributar duas vezes a mesma renda, deduzindo-se da base tributária dos rendimentos pessoais os impostos pagos pelas empresas.

Lazzarini (E), Mendes, Appy e Lisboa apontam alternativas para o Brasil

\* \* \*

A grave crise fiscal reflete o crescimento dos gastos públicos acima da geração de renda, fruto de um conflito entre diversos grupos sociais que buscam, via Estado, a apropriação de parcela maior da renda.

A intervenção pública mal focada, a proteção de interesses privados específicos e um dos piores sistemas tributários do mundo prejudicaram a produtividade e o crescimento. Os indicadores sociais, depois de uma década de avanço, estagnaram ou retrocederam nos últimos anos.

A boa gestão pública requer disciplina fiscal, transparência e a avaliação dos resultados sobre os benefícios concedidos. Dessa forma, pode-se deliberar sobre as escolhas públicas, as políticas a serem preservadas e as que devem ser revistas. A proteção dos grupos sociais mais frágeis é importante, mas precisa caber nas possibilidades do País. A transferência de renda para os mais ricos é injustificável.

A crise atual impõe escolhas difíceis. Postergá-las apenas tornará ainda mais custoso o ajuste das contas públicas. A alternativa ao ajuste é o agravamento da crise e o retrocesso econômico.

Bernard Appy é diretor do Centro de Cidadania Fiscal

Marcos de Barros Lisboa é presidente do Insper

Marcos Mendes é consultor legislativo do Senado Federal

Sérgio Lazzarini é professor titular do Insper

## **Carros autônomos estimulam contratações em montadoras**

15/09/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

As fabricantes de carros de luxo, como BMW, Mercedes-Benz e Audi, estão atraindo especialistas em software enquanto companhias de tecnologia como Google ameaçam ultrapassá-las na corrida para desenvolver um carro sem motorista.

Conhecimento em software se tornou um novo campo de batalha para as montadoras de veículos e empresas de tecnologia, com carros precisando de linhas de códigos que conectem motor elétrico, smartphones e freios quando o sistema de radar identifica um obstáculo à frente.

Sem reforçar seus conhecimentos digitais, as montadoras alemãs vão enfrentar dificuldades para oferecerem novos recursos sofisticados, como direção autônoma e

serviços de compartilhamento de carros para competirem com novos rivais como Google e Uber.

"O que as companhias de carros estão fazendo é contratar pessoas geralmente fora do setor automotivo. Algumas companhias há alguns anos não tinham um departamento de carro conectado. Todas têm isso agora", disse o presidente executivo da empresa de recrutamento Magma People, Malcolm Earp.

Em agosto, BMW, Audi e Mercedes disseram que vão pagar cerca de x 2,5 bilhões (US\$ 2,8 bilhões) para comprar a divisão de mapas digitais da Nokia, ultrapassando rivais de tecnologia em um dos serviços vistos como uma das chaves para o futuro dos carros que não precisam de motorista.

A força de trabalho da BMW cresceu 6,2%, para 119,5 mil no final de junho, com a montadora afirmando que vai continuar a recrutar funcionários em 2015 para ajudar "no desenvolvimento de novas tecnologias, incluindo a cada vez maior escala de digitalização."

Na Audi, houve aumento de 8% nos postos de trabalho entre janeiro e junho, para 81,6 mil funcionários. A montadora planeja adicionar mais 6 mil empregados para "apoiar o desenvolvimento de tecnologias pioneiras, bem como para expansão de instalações internacionais".

A controladora da Mercedes, Daimler, afirmou que o quadro de pessoal cresceu 1,6% no primeiro semestre do ano, para 284,4 mil e que o número ao final do ano deve ser maior que em 2014.

Em junho, a Daimler Trucks comprou a fornecedora de informações de telemetria Zonar Systems para ajudar no lançamento de serviços como diagnóstico de veículos por satélite voltados a operadoras de frotas de veículos.

**No sentido contrário.** No último exemplo de cruzamento entre os setores de tecnologia e automóveis, o Google nomeou o veterano John Krafcik, ex-diretor-presidente da Hyundai Motors America, para conduzir seu projeto de carro autônomo.

Entre os carros que receberam o sistema autônomo do Google para testes estão o Toyota Prius e o Lexus RX.

## **A crise da indústria é mais grave em São Paulo**

15/09/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Com peso dominante na produção industrial brasileira, o Estado de São Paulo mostrou em julho, nos 7 primeiros meses do ano e nos 12 meses até julho, resultados inferiores à média nacional, segundo a Pesquisa Industrial Mensal Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A crise da indústria atinge, assim, uma das áreas mais dinâmicas e tecnologicamente mais desenvolvidas do País, afetando investimentos, reduzindo empregos qualificados e valorizados e alimentando a recessão.

A produção de alimentos, veículos, reboques e carrocerias, equipamentos de informática, artigos eletrônicos e ópticos, máquinas e equipamentos, metalurgia e têxteis caiu de 10% a 46% entre julho de 2014 e de 2015. A crise na indústria paulista é generalizada e afeta toda a economia do Estado, reduzindo emprego, consumo e arrecadação.

Entre junho e julho, enquanto a produção industrial brasileira caía 1,5%, a de São Paulo diminuiu 1,8%; entre julho de 2014 e julho de 2015, as quedas nacional e paulista foram, respectivamente, de 8,9% e 12%; e nos últimos 12 meses, comparativamente aos 12 meses anteriores, o recuo foi de 5,3% no País e de 8,5% em São Paulo.

A indústria paulista, que há 20 anos detinha 49% da produção industrial, caiu para 43% em 2009, chegando em 2012 a 40,3%, segundo dados das contas regionais. E, segundo o boletim do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a perspectiva é de novas quedas na participação da indústria de São Paulo (em 2013, a produção industrial do Estado já caíra 6,2% e a do País, 3,1%).

Isso se explica não apenas pela guerra fiscal e pela tendência – que deve ser vista como salutar – de expansão do setor em outras regiões, mas pelo declínio generalizado do setor secundário no País. “A indústria está encolhendo no Brasil”, resume o Instituto.

Em quase todo o País o setor de manufaturas apresenta dados muito negativos. No mês, regiões industriais dinâmicas foram atingidas, como Paraná (-6,3%) e Santa Catarina (-2,4%).

Em períodos mais longos, destacam-se as quedas no Amazonas, Ceará e Rio Grande do Sul. Nos últimos 12 meses, apenas em quatro Estados (Espírito Santo, Pará, Mato Grosso e Goiás) houve alta, sob influência dos setores extrativo, de álcool etílico e agroindustrial.

Hoje, a melhora da indústria parece depender do avanço das exportações, mas esse não deve ser um processo rápido.

## **Vendas da Iveco Bus aumentam 135%**

15/09/2015 – Fonte: Diário do Comércio

O primeiro ano de atividade da Iveco Bus, divisão de ônibus da CNH Industrial no País, apresentou bons resultados. Com fábrica em Sete Lagoas, na região Central do Estado, a empresa, de janeiro a julho, registrou expansão de 135% nas vendas de ônibus, se comparado com igual intervalo do ano anterior, quando a comercialização ainda era realizada pela Iveco.

A expectativa é manter os negócios em alta e encerrar o ano com participação de 7% no mercado da categoria no País. Para 2016, a projeção é crescer entre 5% e 8% a mais do que em 2015 no número de veículos comercializados.

De acordo com o gerente comercial da Iveco Bus, Ricardo França, o incremento expressivo registrado nas vendas tem como fatores o melhor desempenho dos veículos e o menor consumo de combustível.

“A relação custo-benefício do nosso produto é vantajosa principalmente no que se refere ao consumo de combustível. Em frota urbana um dos itens que mais pesam nos custos é o diesel e o ônibus Iveco é 5% mais econômico em relação aos demais modelos disponíveis do mercado.

Em um cenário de crise, quando as empresas buscam redução de custo, a melhoria do consumo é fundamental. A média de rodagem das frotas urbanas é próxima a 300 quilômetros por dia e essa economia de 5% é uma redução que atrai os clientes”, argumenta o gerente comercial.

Segundo França, somente entre janeiro e julho, foram emplacados 820 veículos da marca contra 350 unidades emplacadas em igual período do ano anterior, aumento de 135%.

Com o resultado, a participação da empresa na categoria M3 (veículos de transporte de passageiros acima 20 poltronas) passou de menos de 3,5% para 7%.

"Entendemos que o mercado passa por um período de transição decorrente de fatores econômicos e financeiros que atingem toda a gama de transporte de passageiros, por isso, as ações de desenvolvimento das redes de concessionárias, o desempenho superior dos veículos, a variação de produtos e a aproximação dos clientes é fundamental para que possamos manter o crescimento e fechar o ano com a participação de 7% no mercado, o que é um grande avanço", explica França.

Para manter o crescimento na categoria M3, a Iveco Bus tem investido nas redes de concessionárias. Os veículos podem ser adquiridos em mais 100 pontos de vendas distribuídos em todo o País.

"Estamos aproveitando a rede de concessionárias já estruturada dos caminhões, para comercializar os produtos Iveco Bus. O objetivo é atender a todo o mercado nacional. Isto por haver espaço para nosso crescimento e consolidação", prevê.

**Financiamento** - Outro ponto que vem favorecendo as vendas da Iveco Bus é a possibilidade de financiar parte do custo de aquisição dos veículos pelo Banco CNH Industrial, que pratica a taxa de juros do Finame de 10,75% ao ano.

"No momento, as entidades financeiras estão mais exigentes na hora de financiar a compra de veículos, por isso, o Banco CNH subsidia a parcela que não é financiada pelas entidades. Adotamos a taxa do Finame, que é de 10,75% ao ano, sendo vantajosa para os clientes", ressalta.

As expectativas em relação ao próximo ano também são positivas. A demanda reprimida ao longo de 2015 poderá impulsionar os negócios. "A tendência é que 2016 seja um ano melhor que 2015. Acreditamos em uma recuperação gradual da economia e da demanda pelos veículos, que está reprimida. Uma oportunidade que vamos aproveitar, mesmo em cenário de risco. Em 2016 pretendemos ter um resultado ainda melhor, cerca de 5% a 8% acima do ano atual", estima França.

## Otimismo marca abertura de congresso de mineração

15/09/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Com o tema "Mineração no mundo da inovação", o 16º Congresso Brasileiro de Mineração e a Exposição Internacional de Mineração (Exposibram) tiveram início ontem no Expominas em Belo Horizonte.

Autoridades, representantes do setor e de delegações de 25 países participam do evento, que termina na próxima quinta-feira. A expectativa de negócios é da ordem de R\$ 500 milhões e de público de 60 mil pessoas.

Na abertura, o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Fernando Coura, disse que está otimista e ressaltou que Belo Horizonte é a capital da mineração, onde há grandes oportunidades para realizar negócios. Destacou que as empresas do setor geram impactos positivos nas comunidades onde atuam, por meio de promoção social, cultural e geração de empregos.

Para Coura, a inovação é necessária não somente na mineração, mas na indústria como todo. Em relação à crise econômica, ressaltou que é preciso "manter a cabeça erguida neste momento" e que ações são necessárias, como a desburocratização da abertura de

empresas. "Diz a frase que o pessimista reclama do vento e o otimista muda a vela. Essa feira vai mudar a vela para aproveitar o vento".

O presidente do Ibram acrescentou que a população mundial vai continuar o processo de crescimento e vai precisar de alimentos, fertilizantes, aço, cobre e, principalmente, dos metais, que são recicláveis. "Além disso, vão precisar de estradas, rodovias, portos e aeroportos. Há déficit de moradia. Então, há demandas de bens minerais. Portanto, temos oportunidade pela frente", ressaltou.

Segundo o presidente do Ibram, a produção de fertilizantes é uma grande bandeira da mineração brasileira. Explica que as importações de potássio chegam a 90% e de fósforo 50%. "Esse é um grande caminho que a mineração pode trilhar. Nós temos capacidade técnica, financeira, humana e tecnológica para desenvolver esse projeto".

**Atenção** - Para o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), é preciso dar mais atenção à mineração. "Nos últimos dez anos temos perdido o protagonismo no contexto global. Já representamos 20% da produção mundial e hoje representamos pouco mais de 12%".

Ele ressaltou ainda que durante o congresso será necessário criar uma agenda para fazer parte de uma pauta de trabalho no ambiente regulatório de marco legal para mineração.

O diretor-presidente da Samarco Mineração, Ricardo Vescovi, também se diz otimista em relação ao futuro da mineração, cujos investimentos são de longo prazo e de capital intensivo. Lembra que, no Brasil, o setor é desenvolvedor de tecnologia, "e nada é copiado de fora".

"Temos engenheiros bem formados na área de metalurgia e mineração fornecendo soluções que nem imaginávamos. Na Samarco, nós minerávamos com 55% de ferro, hoje mineramos 40% e no futuro 30%".

Citou que o próprio estande da empresa na feira é feito com subprodutos da mineração, o que demonstra agregação de valor aos rejeitos, úteis para a sociedade.

## Mesmo com recorde de exportações, siderúrgicas devem manter prejuízos

15/09/2015 – Fonte: Hoje em Dia

As exportações de aço pelo Brasil atingiram recorde histórico em julho deste ano (último dado disponível) e vão continuar em alta, mas são insuficientes para compensar o vácuo no mercado interno. A sobreoferta do produto no mercado global gerou a desvalorização do preço do aço e limitou a rentabilidade das vendas externas.

O avanço no mercado internacional era uma estratégia das siderúrgicas para compensar, ainda que parcialmente, a retração das vendas no mercado doméstico, mas com o potencial reduzido, se tornaram uma saída para manter os equipamentos em funcionamento e conter o processo de dispensas de trabalhadores.

Embora possa permitir ligeiras melhorias nos indicadores financeiros das empresas, as exportações não impedirão novos prejuízos no terceiro trimestre. A indústria do aço no Brasil já demitiu neste ano mais de 11.100 trabalhadores e projeta a necessidade de cortar mais 4 mil vagas. Atualmente, o setor opera com 30% de ociosidade nos altos-fornos.

"Há um excedente de oferta no mercado mundial, causado pela China, que derruba os preços. As exportações se tornaram uma forma de manter funcionando os equipamentos e segurar empregos", disse o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco

Polo de Melo Lopes. O executivo detalhou que grande parte do aumento das vendas externas são de produtos semi-acabados, que têm valor de mercado menor, e são operações intercompany (transação entre as unidades de uma mesma empresa).

O balanço financeiro da ArcelorMittal, referente ao desempenho da unidade da empresa no Brasil no segundo trimestre, informa que a companhia comercializou a tonelada do aço, em média, por US\$ 704 no primeiro semestre deste ano. No mesmo período do ano passado a empresa havia vendido a tonelada por US\$ 914.

Para o consultor em siderurgia Pedro Galdi, da WhatsCall, a Gerdau será a siderúrgica com melhoria mais consistente nos resultados do terceiro trimestre em decorrência de sua presença mais forte no mercado externo e por atuar no segmento de aços longos.

Para ele, as usinas com mix de produto focado no setor de aços planos, que atendem tradicionalmente o mercado interno, como Usiminas e CSN, deverão contabilizar prejuízo no terceiro trimestre.

“A alta do dólar favorece a CSN na parte de mineração, mas a dívida em dólar da companhia é muito alta e a relação dívida líquida/Ebitda (geração de caixa) deve crescer muito. Já a Usiminas apostou muito em exportação, se beneficia um pouco do dólar, mas embarca o produto mais fraco da cadeia que são as placas de aço, sem muito valor agregado, e insuficiente para interromper a fragilização da empresa, que deve ter prejuízo”, disse.

**Empresas defendem adoção de medidas de defesa comercial**

Os representantes do setor siderúrgico estiveram em reunião com o ministro da Fazenda Joaquim Levy na semana passada.

Eles apresentaram o cenário do setor para o ministro e reivindicaram a adoção de medidas emergenciais de defesa comercial e acesso ao mercado. “Entendemos que o mercado interno não vai responder rapidamente e, por isso, pedimos atenção especial do ministro a mecanismos de apoio à exportação e de defesa comercial”, disse Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil (IABr).

Também participaram do encontro com o ministro os empresários Jorge e André Gerdau (Gerdau), Benjamin Steinbruch (CSN), Benjamin Baptista (ArcelorMittal) e Rômelo de Souza (Usiminas). No pacote do incentivo ao comércio exterior, a discussão se deu dentro do Reintegra, programa do governo federal que prevê a “devolução” para o exportador de manufaturados de parte dos impostos pagos ao longo da cadeia produtiva. Na prática, ele funciona como compensador de resíduos tributários gerados na cumulatividade dos tributos. O setor considera alíquota de 7% como a ideal, mas viu o governo reduzir o percentual de devolução de 3% para 1% este ano.

Em defesa comercial, os executivos pediram ao ministro medidas mais severas para combater dumping de aços importados, sobretudo da China. “A participação do aço chinês nas importações subiu de 1,3% (2000) para 54% (2014). Ninguém faz isso com práticas leais de concorrência”, disse Marco Polo.

De acordo como ele, Levy se mostrou atento às demandas do setor, fez várias perguntas e pareceu estar solidário, apesar de os empresários terem deixado a reunião sem que o ministro tenha assumido nenhum compromisso ou mesmo agendado um novo encontro.

“Vamos esperar um pouco e tentar um retorno com a equipe do ministro”, afirmou o presidente-executivo do IABr, que classifica a crise atual da indústria do aço, que se prolonga desde 2009, como “a maior da história do setor”.